



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - Bairro CIDADE JARDIM - CEP 30380000 - Belo Horizonte - MG

EDITAL

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

AMPLA CONCORRÊNCIA

SEI Nº 0011233-44.2024.6.13.8000

PREGÃO ELETRÔNICO: 90.075/2025

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 16/01/2026 às 14h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item (Região)

MODO DE DISPUTA: Aberto e fechado

REGIME DE EXECUÇÃO: empreitada por preço global

VALOR TOTAL MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R\$35.232.210,20 (trinta e cinco milhões, duzentos e trinta e dois mil, duzentos e dez reais e vinte centavos) - valor relativo a 5 anos de vigência da contratação, sendo:

PRAZO: 60 MESES		
ITEM 1	REGIÃO A	R\$ 6.517.190,20
ITEM 2	REGIÃO B	R\$ 5.496.699,09
ITEM 3	REGIÃO C	R\$ 6.459.506,91
ITEM 4	REGIÃO D	R\$ 5.849.729,22
ITEM 5	REGIÃO E	R\$ 5.415.595,30
ITEM 6	REGIÃO F	R\$ 5.493.489,48

Torna-se público que a UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**, UASG 070014 com sede na Av. Prudente de Moraes, nº 100, Bairro Cidade Jardim, Belo Horizonte, inscrito no CNPJ sob o n.º 05.940.740/0001-21, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **prestação do serviço de limpeza e conservação predial**, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo, além do fornecimento de mão de obra, o fornecimento de **saneantes domissanitários, uniformes personalizados, utensílios, materiais, equipamentos de uso profissional e a prestação do serviço de limpeza de caixas d'água e gordura dos Cartórios Eleitorais do interior de Minas Gerais**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens (Regiões), conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens (Regiões) forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.3. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SicaF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar a inabilitação na fase correspondente no momento da habilitação.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

- 2.7.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.6. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.7.7. agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 2.7.8. as sociedades cooperativas, devido ao objeto desta licitação enquadrar-se naqueles elencados na Cláusula Primeira do Termo de Conciliação Judicial celebrado entre o Ministério Público do Trabalho - MPT e a Advocacia Geral da União - AGU (processo 01082-2002.020.10.00.0), em 06/06/2003, homologado judicialmente na 20ª Vara do Trabalho no Distrito Federal, que veda a contratação de trabalhador, pela União, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demanda execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços. Referido Termo de Conciliação, com o advento da Lei nº 14.133/2021, teve sua validade referendada por meio do Comunicado nº 04/2023 da Secretaria de Gestão e Inovação.
- 2.7.9. microempreendedor individual (MEI), tendo em vista tratar-se o certame de modalidade de cessão de mão de obra nos termos do art. 112, *caput* e §§ 1º ao 4º da Resolução CGSN nº 140/2018.
- 2.8. O impedimento de que trata o subitem 2.7.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.9. A vedação de que trata o subitem 2.7.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 3.1. **Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.**
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:**
- 3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);
- 3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos legais, o que o tornará apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos [arts 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021](#).
- 3.5. A falsidade da declaração de que tratam os subitens 3.3 e 3.4 sujeitará os licitantes às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste edital.
- 3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- 3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.9. **Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo** quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.11. O valor final mínimo parametrizado na forma do subitem anterior possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 3.14. Para fins de elaboração de preços para a presente contratação, deverão ser observadas as disposições contidas na respectiva Convenção Coletiva de Trabalho ou equivalente, em vigor, observada a base territorial, a qual deverá ser indicada pelas licitantes, e, caso necessário, a critério do(a) Pregoeiro(a) encaminhada através da opção "**Enviar/Anexo**" do site www.compras.gov.br, **ressalvado o disposto nos subitens 12.13 e 12.13.1.**

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, contendo as seguintes informações:
- 4.1.1. preço global para a prestação dos serviços, **por item (região)**, apresentado em moeda corrente no país, devendo estar incluso todos os impostos, taxas, seguro e demais encargos, bem como os materiais de consumo, considerando-se o somatório dos postos de trabalho (Anexo II do Termo de Referência - Anexo I deste Edital) e o período total de contratação (5 anos). **Deverão estar incluídas as horas-extras indicadas no Termo de Referência (Anexo II).**

- 4.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações de acordo com os parâmetros estabelecidos no Termo de Referência;
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação. Caso a adjudicação não possa ocorrer dentro do período de validade da proposta, por motivo de força maior, o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais poderá solicitar a prorrogação geral da validade por, no máximo, igual período.
- 4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
- 4.11. O descumprimento das regras contidas neste título, por parte dos licitantes, poderá ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição Federal](#), e pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. **DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item (região).
- 5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$0,01 (um centavo).
- 5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexistente.
- 5.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto e fechado"**, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.12. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.12.1. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.17. Quando **a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes**, no [compras.gov.br](#).
- 5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.19. Encerrada a etapa de lance, será efetivada, de forma automática, junto à Receita Federal, a verificação do porte das entidades empresariais participantes do processo licitatório. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo

à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538/2015](#).

5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133/2021](#);

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.4. O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 4 (quatro) horas, envie a proposta reformulada assinada**, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos documentos abaixo, por meio da opção "Enviar/Anexo" do site www.gov.br/compras/pt-br:

- declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;
- cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial.

Parágrafo Primeiro - Em caso de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, a licitante sujeitar-se-á às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei 14.133/2021.

Parágrafo Segundo - A licitante é exclusivamente responsável pelo cometimento de erro ou fraude no enquadramento sindical e pelo eventual ônus financeiro decorrente, por repactuação ou por força de decisão judicial, em razão da necessidade de se proceder ao pagamento de diferenças salariais e de outras vantagens, ou ainda por intercorrências na execução dos serviços contratados, resultante da adoção de instrumento coletivo do trabalho inadequado.

Parágrafo Terceiro - Fica estabelecida a aderência à convenção coletiva do trabalho à qual a proposta da empresa esteja vinculada para fins de atendimento à eventual necessidade de repactuação dos valores decorrentes da mão de obra, consignados na planilha de custos e formação de preços do contrato, em observância ao disposto no inc. II do art. 135 da Lei 14.133/2021.

Parágrafo Quarto - Constitui motivo para extinção do contrato, nos termos do art. 137, inc. I, da Lei 14.133/2021, com a consequente realização de novo processo licitatório, a situação que se impõe à contratada a alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulta a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Pública, em cumprimento de decisão judicial.

5.21.5. A proposta reformulada deverá conter as informações abaixo:

- razão social do proponente, número de inscrição no CNPJ, endereço completo, número do telefone, número do celular do representante, e-mail, número da conta bancária, número e nome da agência e do respectivo banco;
- especificação do(s) serviço(s) ofertado(s), incluindo todas as suas características;
- os prazos exigidos no Termo de Referência;
- valor mensal e total do(s) serviço(s), em algarismos e por extenso, prevalecendo o último em caso de divergência;
- planilha(s) de formação de preços**, com os respectivos valores readequados ao preço/lance vencedor, conforme modelo(s) constante(s) no Anexo II deste edital, indicando ou, caso solicitado pelo(a) Pregoeiro(a), encaminhando cópia do(s) acordo(s), convenção(ões) coletiva(s) ou sentença(s) normativa(s) que rege(m) a(s) categoria(s) profissional(is) vinculada(s) à execução do serviço, observado o disposto no subitem 12.13 deste edital;
- Discriminação dos quantitativos, descrições e valores dos **materiais e insumos** para a prestação dos serviços de conservação e limpeza;
- Valor unitário e total dos serviços de **limpeza de caixas d'água e caixas de gordura**;
- prazo de validade da proposta, nos termos do subitem 4.9.

Parágrafo primeiro: A proposta que omitir os prazos mencionados acima não será desclassificada, mas considerada de acordo com os mesmos.

Parágrafo segundo: É facultado ao(à) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido no subitem 5.21.4, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21.6. **O licitante melhor classificado, em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá encaminhar, juntamente com a proposta reformulada, declaração de observância do limite disposto no § 2º, do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.**

5.22. O licitante deverá atentar para que, no momento da aceitação da proposta, caso o(s) valor(es) unitário(s) que originou(aram) o preço total proposto contenha(m) mais de duas casas após a vírgula, AS CASAS DECIMAIS EXCEDENTES SERÃO DESCONSIDERADAS PELO(A) PREGOEIRO(A), AINDA QUE SEJA REDUZIDO O PREÇO TOTAL DO ITEM, sendo esta alteração considerada uma negociação.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.24. O(a) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, observado o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784/1999.

6. DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no subitem 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 6.1.1. SICAF;
- 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);
- 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- 6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- 6.1.5. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:109279835110804::NO:3,4,6::>).
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, em obediência ao [artigo 12 da Lei nº 8.429/1992](#).
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.2.1 e 3.4 deste edital.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 6.7. **Será desclassificada a proposta vencedora que:**
- 6.7.1. contiver vícios insanáveis;
- 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. São indícios de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexequibilidade só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprovem:
- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção, dentre outros, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Habilitação jurídica

- 7.1.1. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.1.2. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#);
- 7.1.3. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.1.4. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 7.1.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 7.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 7.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 7.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.3. Qualificação Econômico-Financeira

- 7.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física ou de sociedade simples;
- 7.3.2. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

7.3.3. A licitante em recuperação judicial ou extrajudicial deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

7.3.4. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital, extraídos do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprovem a boa situação financeira da empresa, mediante os seguintes critérios, cumulativamente:

- índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor referente ao período de 12 (doze) meses da contratação;
- patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor referente ao período de 12 (doze) meses da contratação.

7.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, nas mesmas condições formais exigidas (assinaturas, registro, etc.). Para habilitação, tais empresas deverão comprovar o capital social mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor referente ao período de 12 (doze) meses da contratação.

7.3.6. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

- a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social;
- caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas;
- As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
- O atendimento dos índices econômicos previstos neste subitem deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

7.3.7. Caso a empresa esteja cadastrada no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, deverá apresentar a seguinte documentação:

- Termos de Abertura e Encerramento do Livro Digital;
- Balanço Patrimonial "Escrituração Contábil Digital - ECD", nos termos do art. 5º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 2.003, de 18 de janeiro de 2021;
- Demonstrativo de Resultado do Exercício;
- Termo de Autenticação do Livro Digital.

7.3.8. As microempresas e as empresas de pequeno porte estão dispensadas do balanço patrimonial apenas para fins fiscais. Assim, para a presente licitação, é OBRIGATÓRIA a apresentação desta peça, dispensando-se apenas a publicação e a sua transcrição no livro diário.

7.4. Qualificação Técnica

7.4.1. Um ou mais atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em favor da empresa licitante, que comprove(m) a prestação de serviços de **gestão de mão de obra**, por período não inferior a **3 (três) anos**.

- A licitante deverá comprovar que tenha executado contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados.
- Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- A título de diligência, poderá ser requerida a apresentação dos contratos que originaram os atestados bem como quaisquer informações necessárias a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

7.5. No caso de participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.5.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660/2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.6. No caso de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.6.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.7. Os documentos apresentados pelos licitantes poderão, se necessário, ser apresentados em original ou cópia simples.

7.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.10. **O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.12.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.13.1. **Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do(a) pregoeiro(a).**

- 7.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.15. As microempresas e empresas de pequeno porte, havendo alguma restrição em sua comprovação da **regularidade fiscal ou trabalhista**, quando classificada em primeiro lugar terá prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis, contado da decisão do(a) Pregoeiro(a) que declarar a empresa vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 7.16. A critério do(a) Pregoeiro(a) e desde que tenha sido requerido pela licitante, o prazo do subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período.
- 7.17. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 7.17.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.18. **Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após solicitação do pregoeiro, para:**
- 7.18.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.18.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- Parágrafo Único: O(a) pregoeiro(a) poderá, em sede de diligência, solicitar a inclusão de documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante quando apresentou sua proposta e não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha.
- 7.19. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.13.1.
- 7.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8. DOS RECURSOS

- 8.1. Qualquer licitante poderá, no prazo mínimo de 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando, findo o prazo, a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto à licitante vencedora.
- 8.2. A apresentação das razões pela recorrente será realizada exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em campo próprio, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 8.3. A apresentação de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes será realizada exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em campo próprio, no prazo de 3 (três) dias úteis da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 8.4. Os recursos serão apreciados em fase única, conforme disposto no §1º, inciso II, do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.
- 8.6. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o processo licitatório será enviado à autoridade competente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais para adjudicar o objeto e homologar o procedimento licitatório, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.7. Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados. Para tanto, as empresas interessadas deverão entrar em contato com a Seção de licitações - SELIC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, pelos telefones (31) 3307-1288, (31)3307-1925 ou (31) 3307-1130.
- 8.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que:
- 9.1.1. deixar de encaminhar a documentação solicitada pelo Pregoeiro, exigida no instrumento convocatório, no prazo nele fixado;
- 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 9.1.2.1. deixar de encaminhar a proposta reformulada solicitada pelo Pregoeiro, no prazo fixado no instrumento convocatório;
- 9.1.2.2. solicitar a desclassificação da proposta.
- 9.1.3. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou documento equivalente ou, ainda, não entregar a documentação exigida para a contratação no prazo de 05(cinco) dias úteis, a contar da solicitação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa em qualquer etapa do processo de contratação.
- 9.1.5. fraudar a licitação.
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846/2013](#).
- 9.2. A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1. multa;
- 9.2.2. impedimento de licitar e contratar e
- 9.2.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto.

- 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.3.6. O custo/benefício da instrução do processo em relação à sanção a ser aplicada.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1. Para a infração prevista no subitem 9.1.1 a multa será de 0,5% a 1% do valor do contrato licitado;
- 9.4.2. Para a infração prevista no subitem 9.1.2 a multa será de 0,5% a 2,0% do valor do contrato licitado;
- 9.4.3. Para a infração prevista no subitem 9.1.3 a multa será de 10% do valor do contrato licitado;
- 9.4.4. Para a infração prevista no subitem 9.1.4 a multa será de 15% do valor do contrato licitado;
- 9.4.5. Para a infração prevista no subitem 9.1.5 a multa será de 20% do valor do contrato licitado;
- 9.4.6. Para a infração prevista no subitem 9.1.6 a multa será de 20% do valor do contrato licitado;
- 9.4.7. Para a infração prevista no subitem 9.1.7 a multa será de 20% do valor do contrato licitado;
- 9.4.8. Para a infração prevista no subitem 9.1.8 a multa será de 10% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta, caso prevista, nos termos do §5º do art. 90 da Lei 14.133/2021.
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 9.15. Deverão ser observadas, ainda, as penalidades descritas na Cláusula Dezoito do Contrato.
- 9.16. O valor da multa poderá ser descontado dos créditos do licitante ou contratado porventura existentes em razão de quaisquer contratos firmados, ou da garantia depositada, caso prevista, após regular procedimento administrativo, podendo haver a retenção cautelar até o limite do valor da multa abstratamente cominada.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133/2021](#) ou solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, devendo fazê-lo exclusivamente por meio eletrônico, pelo e-mail: licitar@tre-mg.jus.br, até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. As impugnações e os pedidos de esclarecimento, bem como as respectivas respostas, serão divulgadas em sítio eletrônico oficial no Portal de Compras do Governo Federal no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.
- 10.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 10.5. Os pedidos de esclarecimento ou impugnação encaminhados via e-mail **deverão ter seu recebimento confirmado pelos telefones (31) 3307-1288, (31)3307-1925 ou (31) 3307-1130.**

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. A despesa com a presente licitação correrá à conta de créditos orçamentários, na seguinte classificação:
- 11.1.1. ELEMENTO: 3390.37.02 – Limpeza e Conservação
- 11.1.2. U.O.: a definir
- 11.1.3. PTRES.: a definir
- 11.1.4. PROGRAMA DE TRABALHO: a definir
- 11.1.5. LEI: a definir

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em

contrário, pelo Pregoeiro.

- 12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 12.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em qualquer caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 12.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 12.8. O resultado da presente licitação será publicado na página do TRE/MG na internet, no seguinte endereço: <http://www.tre-mg.jus.br>.
- 12.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <https://www.tre-mg.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes-1>.
- 12.10. Nos termos do art. 7º, V, da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para fins de execução do objeto licitado, o TRE/MG poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais/preposto(a) da licitante vencedora, inclusive para publicação nos portais acima referidos, bem como para fins de assinatura eletrônica do instrumento contratual.
- 12.11. Nos termos do art. 2º, V, parágrafo único, da Resolução nº 1236/2022-TREMG, a licitante vencedora deverá instruir seus profissionais acerca da ciência e responsabilidade em relação ao código de ética instituído.
- 12.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 12.12.1. ANEXO I - Termo de Referência e seus anexos (I a IX);
- 12.12.2. ANEXO II - Modelo de Planilha de Formação de Preços;
- 12.12.3. ANEXO III - Minuta de Contrato e seus anexos (I a III).
- 12.13. Para fins de estimativa, foram utilizadas as seguintes Convenções Coletivas:
- Item 1 (Região A):
 - firmada entre a FEDERACAO EMP. TURISMO E HOSPITALIDADE ESTADO MINAS GERAIS e o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, em vigor no ano de 2025 (MG004482/2024);
 - firmada entre o SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO H. E SIM. DE UBERA e o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, em vigor no ano de 2025 (MG000412/2025);
 - firmada entre o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, e o SIND EMP EM TURISMO E HOSPITALIDADE DE CAXAMBU, em vigor no ano de 2025 (MG000360/2025);
 - Item 2 (Região B):
 - firmada entre o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e o SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DE POUSO ALEGRE E REGIAO, em vigor no ano de 2025 (MG000594/2025);
 - firmada entre o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e o SIND DOS EMP EM TURISMO E HOSPITALIDADE DE P DE CALDAS, em vigor no ano de 2025 (MG000165/2025);
 - firmada entre o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e o SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DE POUSO ALEGRE E REGIAO, em vigor no ano de 2025 (MG000592/2025);
 - Item 3 (Região C):
 - firmada entre o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e o SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DE JUIZ DE FORA M/G, em vigor no ano de 2025 (MG000506/2025);
 - firmada entre o SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DE JUIZ DE FORA M/G e o SIND EMP ASS CONS PREST SERV MAO OB ESP DE JF, em vigor no ano de 2025 (MG004343/2024);
 - firmada entre o SINDICATO DOS EMPREGADOS EM TURISMO E HOSPITALIDADE DE CATAGUASES E REGIAO e o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, em vigor no ano de 2025 (MG000299/2025);
 - firmada entre o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e o SINDICATO DOS EMPREGADOS EM TURISMO, HOSPITALIDADE DE OURO PRETO E REGIAO SETHOPER, em vigor no ano de 2025 (MG000212/2025);
 - firmada entre o SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, CONDOMINIOS, ADMINISTRADRAS DE CONDOMINIOS E IMOVEIS DE VICOSA E REGIAO-SETHAC-VR e o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, em vigor no ano de 2025 (MG001208/2025);
 - Item 4 (Região D):
 - firmada entre o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e o SIND EMPREG EMPRESAS ASSEIO CONS SIM TRIANG ALTO PARAN, em vigor no ano de 2025 (MG001106/2025);
 - firmada entre o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e o SINDICATO DOS TRABALHADORES EM HOTEIS, RESTAURANTES, BARES, ESTABELECIMENTOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTACAO PREPARADA E BEBIDAS A VAREJO, E TURISMO, em vigor no ano de 2025 (MG000344/2025);
 - firmada entre o SINDICATO DOS EMPREGADOS EM TURISMO E HOSPITALIDADE DE DIVINOPOLIS E REGIAO-MG e o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, em vigor no ano de 2025 (MG001011/2025);
 - firmada entre o SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO H. E SIM. DE UBERA e o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, em vigor no ano de 2025 (MG000478/2025);
 - **firmada entre o SIND EMPREG EMPRESAS ASSEIO CONS SIM TRIANG ALTO PARAN e o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, em vigor no ano de 2025 (MG001252);**
 - Item 5 (Região E):
 - firmada entre o SINDICATO DOS EMPREG. NO COM. HOTEL. BARES, REST., TUR. E HOSP. DE CURVELO, DIAMANTINA E MICRORREGIAO DO MED. RIO DAS VELHAS E TRES MARIAS e o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, em vigor no ano de 2025 (MG000423/2025);
 - firmada entre o SETHAC-SIND DOS EMPREGADOS EM TURISMO, HOSP, ASSEIO E CONS, TRAB TEMPORARIO, PREST DE SERV TERC E REC HUMANOS DO N MINAS e o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, em vigor no ano de 2025 (MG000256/2025);
 - firmada entre o SINDICATO DOS EMPREGADOS EM TURISMO E HOSPITALIDADE DE DIVINOPOLIS E REGIAO-MG e o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, em vigor no ano de 2025 (MG000555/2025);
 - firmada entre a FEDERACAO EMP TURISMO E HOSPITALIDADE ESTADO MINAS GERAIS e o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, em vigor no ano de 2025 (MG004479/2024);

- firmada entre o SINDEITA-SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO, TURISMO E HOSPITALIDADE DO MUNICIPIO DE ITABIRA e o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, em vigor no ano de 2025 (MG001187/2025);
- firmada entre o SETHAC-SIND DOS EMPREGADOS EM TURISMO, HOSP, ASSEIO E CONS, TRAB TEMPORARIO, PREST DE SERV TERC E REC HUMANOS DO N MINAS e o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, em vigor no ano de 2025 (MG000255/2025);
- firmada entre o SINDICATO DOS EMP. EM TURISMO E HOSP.DE SETE LAGOAS e o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, em vigor no ano de 2025 (MG000435/2025);
- firmada entre o SINDICATO DOS TRAB EM TURISMO E HOSP CIDADE VESPASIANO e o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, em vigor no ano de 2025 (MG000989/2025);
- Item 6 (Região F):
 - firmada entre o SINDICATO DOS EMPREGADOS NAS EMPRESAS DE TURISMO, VENDA, COMPRA E LOCACAO DE IMOVEIS e o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, em vigor no ano de 2025 (MG000493/2025);
 - firmada entre a FEDERAÇÃO EMP TURISMO E HOSPITALIDADE ESTADO MINAS GERAIS e o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, em vigor no ano de 2025 (MG004479/2024);
 - firmada entre o SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO E EM TURISMO E HOSPITALIDADE DE JOAO MONLEVADE E REGIAO - SINEEACTH/JM-MG e o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, em vigor no ano de 2025 (MG001172/2025);
 - firmada entre o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e o SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO E LIMPEZA URBANA DA REGIAO METROPOLITANA BELO HORIZONTE, em vigor no ano de 2025 (MG000016/2025);
 - firmada entre o SETHAC - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM TURISMO E HOSPITALIDADE ASSEIO E CONSERVACAO DE GOVERNADOR VALADARES E REGIAO e o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, **em vigor no ano de 2025 (MG002846/2025)**;
 - firmada entre o SINDICATO DOS EMPREGADOS NAS EMPRESAS DE TURISMO, VENDA, COMPRA E LOCACAO DE IMOVEIS e o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, em vigor no ano de 2025 (MG000736/2025);
 - firmada entre o SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO E EM TURISMO E HOSPITALIDADE DE JOAO MONLEVADE E REGIAO - SINEEACTH/JM-MG e o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, em vigor no ano de 2025 (MG001342/2025);
 - firmada entre a FEDERAÇÃO EMP TURISMO E HOSPITALIDADE ESTADO MINAS GERAIS e o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, em vigor no ano de 2025 (MG004477/2025).

12.13.1. **Adotadas as Convenções Coletivas de Trabalho celebradas entre os Sindicatos acima referidos, dever-se-ão observar também as vigências mencionadas, ainda que existam novas CCTs homologadas na data de abertura da licitação, a fim de assegurar isonomia entre as licitantes,** ressaltando-se à(s) licitante(s) vencedora(s) a faculdade de solicitar(em) a repactuação do valor do contrato, quando da assinatura do instrumento contratual.

12.14. Por força do disposto no inciso I do art. 109 da Constituição Federal o foro da Seção Judiciária de Minas Gerais será o competente para dirimir questões resultantes da presente licitação.

12.15. Outros esclarecimentos sobre a presente licitação poderão ser obtidos, de segunda a sexta-feira, das 12 (doze) às 18 (dezoito) horas, pelos telefones: (31) 3307-1288 ou (31) 3307-1920.

Belo Horizonte, 29 de dezembro de 2025

RODOLFO FRANCISCO CASTRO PACHECO
Secretário de Gestão Administrativa

ANEXO I DO EDITAL **TERMO DE REFERÊNCIA**

OBS: No momento de cadastrar os itens no sistema eletrônico, as especificações correspondentes aos códigos disponíveis para cadastro nem sempre coincidem com as especificações ou unidades de medida dos serviços desejados. Portanto, havendo divergência entre as especificações constantes no sistema eletrônico e as contidas neste Termo de Referência, prevalecerão estas.

Exemplificando: no item 01 foi cadastrado "1 m²" (um metro quadrado). No entanto, o licitante, ao cadastrar sua proposta no sistema eletrônico, deverá inserir o valor global correspondente ao serviço a ser prestado durante 60 meses, conforme exigido no Termo de Referência.

1. DO OBJETO:

1.1. Contratação de serviços de limpeza e conservação predial, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo o fornecimento de mão de obra, saneantes domissanitários, uniformes personalizados, utensílios, materiais, equipamentos de uso profissional e prestação do serviço de limpeza de caixas d'água e gordura, conforme especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 05 anos, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

Justificativa para a contratação plurianual

No que toca ao prazo de vigência inicial da contratação por 5 (cinco) anos, prorrogáveis, até o limite de 10 (dez) anos, cumpre tecer as considerações que se seguem.

As contratações que versam sobre cessão de mão de obra têm como base para o valor da contratação a convenção coletiva de trabalho - CCT da categoria. Assim, entende-se ser desnecessária a consulta ao mercado para comprovação da vantajosidade da contratação plurianual, pois que os valores serão balizados pela respectiva CCT da categoria.

Quando do procedimento licitatório, a Administração já seleciona a proposta mais vantajosa, que será passível de repactuação e reajuste de itens pelo índice previsto em contrato.

Neste tocante, importante trazer a previsão constante do Anexo IX da IN 05/17, item 7, alíneas "a" e "b", cuja interpretação analógica ampara os argumentos trazidos:

A vantajosidade econômica para prorrogação dos contratos com mão de obra exclusiva estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, nas seguintes hipóteses:

a) quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou em decorrência de lei;

b) quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho e de lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais ou, na falta de qualquer índice setorial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE);

Nada obstante, convém salientar que os custos operacionais e a maior atratividade de uma contratação plurianual, que por conseguinte aumentará a concorrência, tendem a fazer com que a contratação com prazo de vigência inicial de 05 (cinco) anos seja mais vantajosa economicamente que uma contratação anual.

No caso em apreço, portanto, entende-se que a vantagem econômica, preconizada pela art. 106, I, da Lei nº 14.133/2021 da contratação plurianual em relação à contratação anual, reside exatamente nas justificativas abaixo:

a) **Melhor Relação de Custo/Benefício do Contrato:** o contrato de 5 (cinco) anos concede à administração maior tranquilidade e prazo para os procedimentos atinentes a eventual prorrogação (caso haja vantagem para a administração) e/ou proposição de nova contratação. Ao revés, o contrato de 1 (um) ano traz subjacentes transtornos à administração, pois os procedimentos de verificação de vantagem de prorrogação de vigência se iniciariam com menos de 06 (seis) meses de contrato, pois uma nova contratação, em caso de impossibilidade de prorrogação, demandaria extenso prazo, dada a complexidade dos procedimentos licitatórios;

b) **Economia Operacional:** o contrato de 1 (um) ano implica custo operacional maior - custos com materiais e movimentação do setor que acompanha e fiscaliza o contrato para acionar procedimentos de prorrogação, dos setores de análise e decisão sobre a manutenção do contrato e, por fim, dos setores de confecção e de análise da minuta de termo aditivo que veicula a prorrogação, publicação da contratação - por até 04 (quatro) vezes, ao passo que esse custo operacional no contrato de 5 (cinco) anos será despendido pela administração por apenas mais 01 (uma) vez. Por óbvio, a economia operacional afeta a relação custo/benefício;

c) **Eficiência da Contratação:** o contrato com prazo de 5 (cinco) anos proporciona segurança e confiança na relação contratante/contratado e, por conseguinte, maior eficiência da contratação, não só em relação à correta estimativa de quantitativos e à prestação dos serviços contratados, com a adequação e otimização de rotinas, mas também em relação aos procedimentos de faturamento, ateste e pagamento dos serviços;

d) **Aumento da concorrência na contratação:** com o consequente aumento da possibilidade de melhores propostas; em princípio, o contrato com prazo de vigência de 5 (cinco) anos é mais interessante às empresas do que o de 1 (um) ano, pois há que se considerar a mobilização e os custos de instalação de equipamentos e operacionais da empresa; Em síntese, a contratação com vigência inicial de 5 (cinco) anos gera maior atratividade da contratação, com aumento de concorrência, diminuindo, pois, a probabilidade de fracasso ou deserção de licitação;

e) **Desoneração dos setores que integram a cadeia de contratação de bens e serviços:** a contratação por 5 (cinco) anos desonera os setores integrantes envolvidos na contratação de bens e serviços da obrigação anual de verificar o cumprimento de todos os requisitos legais para a prorrogação. Sobreleva salientar que são críticos os procedimentos para a prorrogação de contratos, sobretudo se considerarmos o risco de a empresa simplesmente não querer prorrogar o contrato o que acarretaria a necessidade de nova contratação dos serviços. Assim a contratação por 5 (cinco) anos se revela essencial para o bom funcionamento da administração, sobretudo em anos eleitorais, nos quais as unidades do Tribunal devem estar voltadas às contratações para as Eleições, e não oneradas com prorrogações de outros contratos.

1.3. O serviço é enquadrado como contínuo, tendo em vista que a prestação de serviço proposta está voltada para o suporte ao funcionamento das rotinas jurisdicionais e administrativas do TRE-MG. A interrupção pode comprometer as atividades da Administração e sua contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro, com duração de 05 (cinco) anos, observando suas possíveis prorrogações legais.

1.4. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos nos artefatos, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA)

2.1. Trata-se de contratação motivada pela necessidade constante e permanente de conservação e limpeza das instalações imobiliárias dos cartórios eleitorais, razão pela qual é considerado um serviço continuado.

2.2. Há necessidade de manter as condições de salubridade e higiene aos servidores e colaboradores da justiça eleitoral, bem como aos eleitores, por meio da continuidade da prestação de serviços de limpeza, sob modelo de jornada semanal de trabalho para os postos terceirizados, modelo que se mostrou viável em contratação precedente de mesma natureza.

2.3. A atividade é passível de execução indireta, em conformidade com o art. 12 da Resolução TSE nº 23.702/2022, pois não envolve a tomada de decisão ou posicionamento institucional, não é considerada estratégica, não constitui a missão institucional do Tribunal nem é inerente às especialidades constantes do quadro de pessoal do Órgão.

2.4. Os cargos e funções dos servidores do quadro de pessoal deste Órgão possuem atividades distintas e incompatíveis com os serviços de auxiliar de limpeza.

2.5. Foi feita a inclusão dos materiais de limpeza e higienização uma vez que o atual modelo de compra em separado tem uma tramitação lenta e dispendiosa, desde a compra dos materiais em processo licitatório, armazenamento no Centro de Apoio, acondicionamento de acordo com a demanda de cada Cartório e posterior distribuição para todo o estado de Minas Gerais pelos Correios ou através de veículo próprio do Tribunal.

2.5.1. Por isso, optou-se pela contratação conjunta de materiais e serviços, uma vez que:

a) O fornecimento de materiais de consumo pela CONTRATADA permite à Administração economia de espaço físico para estoque e armazenagem dos produtos, além de diminuir os custos com a logística de aquisições e reposições;

b) Para aquisição dos materiais de limpeza e conservação em separado é necessário realizar diversas licitações a cada ano para abastecimento ou reposição dos materiais/insumos de limpeza;

Considerando o RELATÓRIO TÉCNICO 12º - CONSOLIDAÇÃO DO LEVANTAMENTO DE CUSTOS (Maio 2007) - Ministério do Planejamento

Orçamento e Gestão, que o custo para realização de um Pregão Eletrônico é por volta de R\$20.698,00 e de um Pregão (SRP) é R\$ 32.187,00 (modalidades indicadas para este tipo de objeto), realizar uma licitação única e exclusivamente para aquisição de materiais demonstra-se dispendioso, não obstante, isso pode gerar riscos como: atrasos de entregas, falta de produtos ou algum item ser deserto na licitação por falta de interessados no fornecimento.

c) O TREMG pode assegurar redução dos custos com a atual contratação com os Correios e também com os custos do armazenamento desses materiais que envolvem, além de estrutura física, recursos humanos próprios ou terceirizados.

2.6. Os serviços contratados incluem a prestação dos serviços de limpeza das caixas d'água e de gordura.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Contratação de serviços de limpeza e conservação predial, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo o fornecimento de mão de obra, saneantes domissanitários, uniformes personalizados, utensílios, materiais, equipamentos de uso profissional e prestação do serviço de limpeza de caixas d'água e gordura dos Cartórios Eleitorais do interior de Minas Gerais.

3.2. A contratação será realizada por itens, correspondentes às 6 Regiões abaixo, cujo agrupamento dos Cartórios Eleitorais seguiu a logística aprovada em contratação anterior:

- **Item 1 (Região A)**
- **Item 2 (Região B)**
- **Item 3 (Região c)**
- **Item 4 (Região D)**
- **Item 5 (Região E)**
- **Item 6 (Região F)**

3.2.1. A viabilidade de contratação de uma empresa para cada região proporciona maior eficácia na gestão e fiscalização dos contratos, com a diminuição do custo administrativo e/ou financeiro desse serviço.

3.3. Seguindo o princípio normatizado no art. 47 da Lei 14.133/21 e o Acórdão 1214/2013 - Plenário do TCU, no âmbito deste Regional, o agrupamento das contratações de serviços de limpeza no interior em 06 (seis) itens, cada um correspondendo a uma determinada Região do Estado, propiciará maiores vantagens à Administração em todos os aspectos – econômico, finalístico, operacional, segurança da contratação, etc.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Devem ser atendidos os seguintes critérios de sustentabilidade:

Em observação à legislação correlata para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, esta instituição passou a adotar diversos critérios e práticas de sustentabilidade, os quais, consideradas as práticas de mercado atuais, não interferem no caráter competitivo do certame por terem sido objetivamente definidos. Destarte, a fim de desincumbir-se da prestação referente ao presente objeto a CONTRATADA deverá:

- a) Elaborar e manter um programa interno de treinamento sobre responsabilidade socioambiental de seus funcionários para redução de consumo de energia elétrica, de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.
 - b) Orientar seus empregados sobre o recolhimento correto dos resíduos sólidos, conforme programa de coleta seletiva implantada pelo CONTRATANTE.
 - c) Orientar seus empregados para que incluam na rotina de serviço a verificação e o desligamento das luzes das salas desocupadas após o expediente.
 - d) Fornecer, preferencialmente, saneantes domissanitários biodegradáveis, considerando-se ações ambientais; boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdício/consumo de água e menor poluição.
 - e) Obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, fornecendo aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizando o seu uso, conforme consta da Norma Regulamentadora MTE nº 06.
 - f) Assegurar, durante a vigência do contrato, a capacitação a todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, com carga horária mínima de 2 (duas) horas mensais, conforme a Resolução CSJT nº 98/2012.
 - g) Elaborar e implementar Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE.
 - h) Reservar 5% (cinco por cento) das vagas no contrato para as mulheres incluídas em uma das situações previstas no art. 2º, inciso I, da Resolução CNJ 497 de 14 de abril de 2023.
 - i) A contratada deverá empregar mão de obra formada por pessoas presas ou egressos do sistema prisional, nos termos previstos no §9º, inciso II, do art. 25 da Lei n.º 14133/2021, observados os termos do Decreto 9.450/2018 e da Resolução CNJ 96/2009.
- 4.2. Os produtos usados na limpeza e conservação de ambientes, também denominados saneantes, tais como álcool, água sanitária, detergentes, ceras, sabões em barra e em pó, saponáceos, desinfetantes, inseticidas, deverão vir acompanhados dos seguintes documentos: Registro ou Isenção de Registro ou Notificação dos Medicamentos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa/Ministério da Saúde vigente*. Serão aceitos Registros publicados no Diário Oficial da União ou obtidos pelo endereço eletrônico da Anvisa (www.anvisa.gov.br), dentro do prazo de validade.
- 4.3. Os produtos saneantes deverão ter as seguintes informações no rótulo: nome do fabricante, CNPJ, nome e CRQ do químico responsável, número do registro na Anvisa, número do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) e país de origem da indústria.
- 4.4. Os produtos utilizados sob a forma aerossol, solventes e esterilizantes não deverão conter substâncias agressivas à camada de ozônio na atmosfera, conforme Resolução Conama nº 267/2000.
- 4.5. As esponjas deverão ser de preferência aquelas fabricadas com solvente à base d'água.
- 4.6. Para os produtos sabão em barra e detergentes em pó, deverá se priorizar a aquisição dos à base de coco ou isentos de fósforo e, quando inexistentes no mercado, comprovar que o teor respeita os limites máximos de concentração, conforme estabelecido no Anexo I da Resolução Conama nº 359/2005.

4.7. A água sanitária utilizada na execução dos serviços previstos nesta contratação deve conter registro na ANVISA, em conformidade com as especificações e requisitos previstos na RDC-ANVISA nº. 110, de 6 de setembro de 2016.

4.8. Os aparelhos consumidores de energia necessários à realização dos serviços deverão estar regulamentados no Programa Brasileiro de etiquetagem (PBE), e os modelos dos bens fornecidos classificados com classe de eficiência 'A', na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Ence), nos termos da Instrução Normativa nº 2 de 2014, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.

4.9. Para equipamentos de limpeza que gerem ruído, a contratada deverá observância à Resolução Conama nº 20/1994, que institui o Selo Ruído como forma de indicação do nível de potência sonora, medido em decibel (db(a)), de uso obrigatório para aparelhos eletrodomésticos que gerem ruído no seu funcionamento (Portaria INMETRO/ME número 6, de 5 de janeiro de 2022).

Subcontratação

4.2. Será admitida a subcontratação para o serviço acessório de limpeza de caixa d'água e gordura, desde que estritamente necessária.

4.2.1 Na hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021](#), pois, com o advento da Conta Vinculada, restam salvaguardados os pagamentos de verbas trabalhistas e rescisórias nas contratações de mão de obra, tornando assim, a nosso ver, obsoleta a exigência de garantia. Nesse novo cenário, a exigência de garantia contratual se presta tão somente a encarecer os custos da contratação sem o correspondente benefício. Outrossim, um maior recrudescimento na fase de seleção das empresas, com exigências de habilitação técnica e econômica consonantes com o Acórdão 1214/2013 - Plenário do TCU, mitigam sobremaneira o risco das contratações, o que aponta também para a desnecessidade de exigência de garantia contratual.

4.3.1 Serão adotadas as medidas previstas no art. 121, §3º, da Lei 14.133/2021 para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pelo contratado, quais sejam:

II - condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato;

III - retenção em Conta Vinculada dos valores dos encargos trabalhistas, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, previstos na Resolução CNJ nº 651/2025;

IV - em caso de inadimplemento, efetuar diretamente o pagamento das verbas trabalhistas, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado;

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Serviços de conservação e limpeza

5.1.1 Início da execução dos serviços: 10 dias do início da vigência do contrato.

5.1.2. Descrição dos serviços, com detalhamento dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.3. Limpar, arrumar e executar os serviços considerados necessários para a conservação, higienização e limpeza, das dependências dos imóveis, com a seguinte frequência:

5.1.3.1 Diariamente:

- a) varrer todas as dependências dos imóveis;
- b) limpar, com pano úmido, todo o piso;
- c) remover o pó dos móveis e utensílios, incluindo espelhos, quadros, placas indicativas, aparelhos telefônicos, ventiladores, relógios, extintores de incêndio, balcões, guichês, etc.;
- d) lavar toda a dependência sanitária, compreendendo piso, pia, vaso, porta, metal em geral, espelhos, saboneteiras, conservando-as sempre limpas;
- e) abastecer os sanitários com papel-toalha, papel higiênico e sabonete líquido, quando necessário;
- f) remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza;
- g) remover todo o lixo de coletores, sempre que necessário, acondicionando-o em sacos plásticos, para entrega ao serviço de recolhimento;
- h) proceder à coleta seletiva dos materiais para reciclagem;

5.1.3.2 Semanalmente:

- a) limpar e lustrar, com material apropriado, os balcões, os pisos de mármore, de granito, de madeira, de marmorite, cerâmicos e emborrachados, quando necessário;
- b) limpar, com produtos adequados, as divisórias e as portas revestidas de fórmica;
- c) limpar as estantes e caixas de documentos do arquivo geral;
- d) limpar os espelhos com pano umedecido em álcool;
- e) retirar o pó e resíduos com pano úmido, dos quadros em geral;
- f) limpar e desinfetar os aparelhos telefônicos com material apropriado;
- g) executar demais serviços necessários à frequência semanal;
- h) Limpeza semanal dos vidros (esquadrrias e divisórias), face interna.

5.1.3.3 Mensalmente:

- a) limpar paredes, forros e tetos;
- b) limpar luminárias e calhas elétricas.

5.2. Remuneração

5.2.1. O salário mensal a ser pago aos empregados da contratada alocados para a prestação dos serviços será proporcional às horas trabalhadas, observando-se o que dispuser a Convenção Coletiva de Trabalho - CCT aplicável, consoante a proposta apresentada no certame.

5.2.2. Existem banheiros abertos ao público e classificados como de grande circulação o que gera o direito ao adicional de insalubridade em grau máximo (40% sobre o salário mínimo), consoante dispõe item II, da súmula 448, TST, observadas as disposições contidas nas respectivas Convenções Coletivas de Trabalho, nos cartórios relacionados:

- Região C - Juiz de Fora - 1 posto
- Região F - Caratinga - 1 posto

5.2.3. A inclusão de novos postos com percepção do adicional de insalubridade deverá ser devidamente comprovada através da emissão de novo PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) ou outro laudo apropriado, às expensas da contratada.

5.2.4. Para fins de equalização das propostas, o licitante deverá cotar o adicional de insalubridade no grau máximo (40% do salário mínimo) para os locais indicados nas planilhas, salvo se a CCT utilizada contiver previsão de cláusula mais benéfica ao empregado, sendo que o pagamento à empresa está condicionado à apresentação do laudo pericial e do respectivo comprovante de pagamento;

5.3. Jornada de trabalho

5.3.1. Os serviços devem ser realizados de segunda a sexta-feira, com as jornadas distribuídas por município, conforme Anexo I, estando previstas 05 jornadas distintas a depender da área interna do Cartório Eleitoral.

5.3.2. **Nos anos eleitorais** poderá haver, para os cartórios com jornada de **15 (quinze), 20 (vinte) e 25 (vinte e cinco) horas semanais**, realização dos serviços **aos sábados**, sem, contudo, ser alterada a carga horária semanal.

5.3.2.1. Portanto, para a prestação de serviços aos sábados, a Fiscalização deverá estabelecer critérios de alternância dos serviços nos dias úteis, para que não haja a alteração da carga horária semanal.

5.3.3. Com a finalidade de suprir às demandas nos meses de abril, maio, setembro e outubro dos anos eleitorais para os cartórios com jornadas de 15 (quinze), 20 (vinte) e 25 (vinte e cinco) horas semanais, poderá haver a prestação dos serviços aos **domingos e feriados**, mediante a adoção excepcional do **regime de banco de horas**, desde que cumpridos todos os requisitos abaixo:

- a) Aprovação da justificativa apresentada pelo Fiscal Requisitante que deve ser feita com antecedência mínima de 90 (noventa) dias a partir da data que será adotado o banco de horas no Cartório Eleitoral;
- b) Assinatura de acordo individual escrito (desde que não haja norma coletiva em sentido contrário), acordo coletivo ou convenção coletiva em que haja previsão de compensação, sob pena de a CONTRATADA arcar com os custos decorrentes do descumprimento deste item, sendo que tal medida não configurará alteração da cláusula econômico-financeira do contrato;
- c) Priorização da compensação de horas dentro do mês;
- d) Controle do banco de horas pela CONTRATADA e por seus empregados, conforme estabelecido no acordo individual escrito, acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho;
- e) Disponibilização até o último dia útil de cada mês para o Gestor do contrato de planilha formato editável do quantitativo de horas lançados no banco de horas;
- f) Exaurimento do banco de horas dentro dos limites estabelecidos em acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho;
- g) Competência exclusivamente da CONTRATADA para o controle do banco de horas;
- h) As horas armazenadas no Banco de Horas, que correspondem a débito do empregado, poderão ser exigidas sempre que houver necessidade de acréscimo da jornada de trabalho normal, sem que isto implique em pagamento de horas extras, devendo a empresa, sempre que possível, comunicar o empregado da reposição de horas devidas com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas.

5.3.3.1 O quantitativo máximo de horas trabalhadas diariamente mediante a adoção do Banco de Horas limita-se à 2 (duas) horas.

5.3.4. **Nos anos eleitorais** poderá haver, para os cartórios com jornada de **30 (trinta) e 40 (quarenta) horas semanais**, realização dos serviços **aos finais de semana e feriados** mediante a realização de horas extras, conforme a demanda dos cartórios eleitorais, no quantitativo estimado constante do Anexo I.

5.3.5. Para os cartórios com jornada de **30 (trinta) e 40 (quarenta) horas semanais não há previsão da adoção do Banco de Horas**.

5.3.5.1. O quantitativo de horas extras distribuído por local de prestação de serviços, assim como o número de sábados, domingos e feriados encontram-se discriminadas e distribuídas no Anexo I.

5.3.5.1.1. As horas extras previstas no Termo de Referência serão exauridas, por cada posto de trabalho, em até, no máximo, 52 semanas (sábados ou domingos) por ano.

5.3.6. Os empregados da contratada não poderão renunciar ao repouso semanal remunerado em nenhuma hipótese.

5.3.7. A ocorrência de feriado, estabelecido exclusivamente pela CONTRATANTE, não implicará, necessariamente, interrupção dos serviços, reservando-se à CONTRATANTE o direito exclusivo de dispensar a prestação de serviços, mediante comunicação à CONTRATADA.

5.4. Local da prestação dos serviços

5.4.1. Cartórios Eleitorais do interior de Minas Gerais. Os serviços serão prestados nos endereços listados no Anexo I.

5.4.2. No decorrer da contratação poderá ser demandada a prestação de serviços em outras localidades, obedecidos os limites para

5.5. Fornecimento de materiais e equipamentos

5.5.1. A prestação de serviços de limpeza e conservação incluirá o fornecimento dos insumos diversos, materiais de consumo, máquinas e equipamentos necessários para a completa execução do serviço.

5.5.2. A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais de limpeza e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços de limpeza e demais atividades correlatas, em cada unidade de prestação dos serviços, conforme relação mínima descrita nos Anexos V e VI;

5.5.3. O não fornecimento de materiais e utensílios, caso inviabilize a prestação dos serviços de conservação e limpeza, configura inexecução contratual e resultará em glosa no pagamento mensal dos dias em que houver falta dos materiais e utensílios.

5.5.4. A fim de instruir o presente processo licitatório, foram confeccionadas planilhas estimativas de insumos e equipamentos (ANEXOS IV, V, VI e VII).

5.5.5. As planilhas estimativas de insumos constituem mero instrumento de referência, podendo os LICITANTES mensurar e apresentar em sua proposta quantidades distintas, considerando como mínimas as quantidades previstas nos Anexos deste Termo. Após a apresentação da proposta o valor e a quantidade se tornarão fixos.

5.5.6. Os materiais deverão ser discriminados na proposta do LICITANTE VENCEDOR com quantitativos, descrições e valores que permitam a identificação e fiscalização por parte do TRIBUNAL.

5.5.7. Os saneantes domissanitários são substâncias ou materiais destinados à higienização, desinfecção domiciliar, em ambientes coletivos e/ou públicos, em lugares de uso comum e no tratamento da água compreendendo:

- a) Desinfetantes: destinados a destruir, indiscriminada ou seletivamente, micro-organismos, quando aplicados em objetos inanimados ou ambientes;
- b) Detergentes: destinados a dissolver gorduras e à higiene de recipientes e vasilhas.

5.5.8. São equiparados aos produtos domissanitários os detergentes e desinfetantes e respectivos congêneres, destinados à aplicação em objetos inanimados e em ambientes, ficando sujeitos às mesmas exigências e condições no concernente ao registro, à industrialização, à entrega, ao consumo e à Fiscalização contratual.

5.5.9. A CONTRATADA deverá manter estocado, em cada dependência da CONTRATANTE em que são prestados os serviços, material suficiente para **no mínimo 01 (um) mês**, o qual poderá ser submetido, quantitativa e qualitativamente, à inspeção de funcionário designado pela CONTRATANTE.

5.5.10. A relação mensal de material utilizado deverá atender à listagem mínima, constante nos Anexos V e VI ressalvando-se os casos em que o material seja dispensado pelo Auxiliar de Fiscalização, por ser incompatível com o local/ambiente de prestação de serviços.

5.5.11. Fica vedada a utilização de produtos sem rótulo ou de fabricação e/ou composição não identificadas, bem como a utilização de recipientes não originais para sua diluição (tais como garrafas pet de água, refrigerantes, etc.), práticas que configurarão inadimplemento contratual, sem prejuízo das medidas legais cabíveis.

5.5.12. A CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos (de uso profissional) e utensílios necessários para o perfeito desempenho dos serviços de limpeza, cuja relação mínima será aquela descrita nos Anexos VI e VII, sempre que solicitados pelas unidades atendidas.

5.5.13. Os equipamentos mencionados no Anexo VII poderão ser substituídos, com anuência da CONTRATANTE, por outros de tecnologia mais avançada, objetivando proporcionar a execução dos serviços de forma mais eficiente e segura.

5.5.14. Além do equipamento mínimo descrito no Anexo VII a CONTRATADA deverá avaliar a demanda de cada local de prestação do serviço de modo a crescer ou substituir algum equipamento, se acordado com o CONTRATANTE, devendo zelar para que estejam disponíveis todos os equipamentos necessários para a completa execução dos serviços.

5.5.15. Os equipamentos deverão ser novos ou seminovos, em perfeitas condições de uso, cuidando para que sempre estejam em quantidade, qualidade e tecnologias adequadas, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislações.

5.5.16. O licitante deverá cotar o valor referente à depreciação de todos os equipamentos; porém, os referidos equipamentos somente serão fornecidos pela empresa mediante expressa solicitação deste Tribunal, o qual pagará apenas o custo de sua depreciação.

5.5.17. Identificar todas as ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do contratante;

5.5.18. Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva;

5.5.19. O agendamento para recolhimento, quando for o caso, dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis, deverá ser feito com a anuência do Chefe do Cartório.

5.5.20. Os materiais e utensílios de limpeza deverão ser disponibilizá-los, nas quantidades estimadas, no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar do início da vigência do contrato, promovendo sua substituição sempre que necessário, mantendo-se sempre o quantitativo de material suficiente para no mínimo 01 (um) mês;

5.5.21. Todos os equipamentos previstos no Anexo VII deverão ser fornecidos pela CONTRATADA em até 10 (dez) dias a contar da solicitação expressa do CONTRATANTE, e deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 10 (dez) dias úteis após a comunicação formal à empresa, cuidando para que sempre estejam em quantidade, qualidade e tecnologias adequadas, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislações.

5.5.22. A CONTRATANTE reserva-se o direito de exigir da CONTRATADA a substituição, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, dos produtos empregados que não apresentarem resultados satisfatórios ou no caso de inadequação às exigências técnicas;

5.6. Serviços de limpeza de caixas d'água e gordura

5.6.1. Serviços

Limpeza, higienização e desinfecção de reservatórios de água e caixas de gordura, conforme normas sanitárias vigentes, com fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais necessários.

Caso o serviço executado apresente vícios ou irregularidades deverá ser novamente realizado, sem implicar em custos adicionais para o TRE-MG.

5.6.2. Horários para execução dos serviços

O serviço deverá ser realizado no horário das 12 (doze) às 18 (dezoito) horas, de segunda a sexta-feira, não sendo prevista a realização de serviços em feriados ou dias não úteis, devendo as atividades ser programadas com o chefe do Cartório Eleitoral, necessitando-se de agendamento com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. O prazo será de 10 (dez) dias úteis, para início dos serviços a partir da emissão da solicitação do Contratante, podendo ser utilizado meio eletrônico para comunicação. Caso seja necessária a alteração das datas e horários agendados, será a CONTRATADA comunicada acerca das alterações respectivas.

5.6.3. Materiais

- a) Todos os materiais a serem empregados na execução dos serviços deverão ser fornecidos pela CONTRATADA.
- b) Todo material utilizado na execução dos serviços deverá ser novo, limpo, em perfeitas condições e sem nenhum defeito de fabricação.
- c) A aplicação dos materiais deverá ser feita conforme indicação dos respectivos fabricantes.
- d) Todo material necessário à limpeza das caixas d'água e das caixas de gordura é de responsabilidade da CONTRATADA.

5.6.4. Equipamentos e ferramentas

Todos os equipamentos e ferramentas necessários à execução dos serviços, entre eles: balancim, gaiolas, andaimes, escadas, etc., deverão ser de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

5.6.5 Procedimentos a serem adotados para os serviços de limpeza, higienização e desinfecção dos reservatórios de água:

- a) Fechar antecipadamente os registros, de acordo com a dimensão do reservatório e o consumo, evitando-se o desperdício de água;
- b) Esvaziar por completo o reservatório;
- c) Escovar as paredes e o fundo usando escovas/escovões em nylon (vedado o uso de escova/escovão de aço);
- d) Enxaguar as paredes e o fundo do reservatório com jatos fortes de água;
- e) Misturar, em um recipiente limpo, água tratada e água sanitária, na proporção de um litro de hipoclorito para cada 5 litros de água;
- f) Espalhar, com uma brocha ou um pano, a solução de água sanitária e água tratada no fundo e nas paredes do reservatório;
- g) Aguardar 30 (trinta) minutos para que a solução de água sanitária e água tratada faça a perfeita desinfecção do reservatório;
- h) Lavar novamente o reservatório com um jato forte de água, deixando toda a água escorrer, de modo que o reservatório fique vazio;
- i) Abrir o registro;
- j) Acompanhar até que o abastecimento de água esteja com o fluxo normalizado.

5.6.6. Procedimentos para a limpeza da caixa de gordura:

- a) Remoção da tampa e da cesta de limpeza, se houver.
- b) Remoção dos resíduos sólidos com espátula ou uma colher de pedreiro para remover a gordura endurecida e outros resíduos sólidos.
- c) Lavar as paredes internas da caixa com água e detergente, com uma esponja ou palha de aço, para limpar a gordura e outras sujeiras.
- d) Enxaguar a caixa com água, certificando-se de remover todo o detergente e resíduos.
- e) Fechar a caixa de gordura e reinstalar a tampa

5.6.7. A Contratada será responsabilizada por todos os danos eventualmente ocorridos durante ou decorrente da execução dos serviços, inclusive danos em válvulas e registros, obstruções nas bombas dos reservatórios, encanamentos da rede de esgoto, caixas de gordura e caixas pluviais.

5.6.8. Periodicidade:

- a) A limpeza das caixas d'água deverá ser realizada semestralmente, cabendo à Contratante estabelecer a data, com aviso prévio de 20 (vinte) dias, antecedentes à prestação de serviço, comunicada via email.
- b) A limpeza das caixas de gordura deverá ser realizada anualmente, cabendo à Contratante estabelecer a data, com aviso prévio de 20 (vinte) dias, antecedentes à prestação de serviço, comunicada via email.

5.7. Obrigações da Contratada

5.7.1. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

5.7.2. Selecionar e preparar rigorosamente o empregado que irá prestar o serviço, encaminhando indivíduo apto a desempenhar funções condizentes com serviço contratado.

5.7.3. Alocar nas unidades de prestação dos serviços, em até 10 (dez) dias corridos, a partir da data de início da vigência do contrato, profissionais integrantes do seu quadro de empregados e com qualificação necessária a sua execução, observando-se as condições mínimas estabelecidas no Termo de Referência e seus apensos, podendo ser ampliado o prazo para alocação de funcionário, desde que devidamente justificado e aprovado pelo Fiscal.

5.7.4. Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, **proveniente dos equipamentos de proteção individual – EPI's** – e outros que forem necessários à correta prestação dos serviços.

5.7.5. Manter disciplina no local dos serviços, retirando, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação do gestor do contrato do TRE-MG, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pelo contratante, substituindo-o por outro da mesma função sem ônus adicional para o TRE-MG.

5.7.6. Fornecer ao TRE-MG, mensalmente, no formato excel, relação do pessoal incumbido de prestar os serviços contratados, por local de trabalho, contendo dados pessoais: nome completo, data de nascimento, matrícula, cargo, data de admissão, lotação, número do CPF e do documento de identidade, número do PIS, endereço residencial, raça, sexo, gênero, identificação de mulheres em condição de vulnerabilidade social, e identificação de pessoa para contato – nome e telefone – para fins de comunicação em caso de acidente ou doença.

5.7.7. Fornecer ao TRE-MG, até o dia de início da execução dos serviços, para cada empregado, os seguintes documentos:

- e-Social;
- a) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos ou comprovante de envio do evento admissão ao e-Social;
 - b) Cópia da Ficha de Registro dos Empregados;
 - c) Cópia do Termo de Opção de Vale-Transporte;
 - c) Cópia do comprovante de inclusão na Apólice de Seguro de Vida, incluindo listagem em que constem os nomes dos empregados;
 - e) Cópia do Exame Médico Admissional;
 - f) Informações referentes ao Salário Família: TERMO de responsabilização identificando quais Colaboradores recebem o benefício, nomes dos filhos e respectivas datas de nascimento;
 - g) Declaração assinada pelos empregados, informando que foram orientados pela empresa no sentido de que devem acompanhar o depósito mensal do FGTS através do aplicativo da Caixa Econômica Federal "FGTS"; bem como também devem se cadastrar no aplicativo do Governo Federal "Meu INSS" para ter acesso pela internet aos valores depositados mensalmente a título de contribuições previdenciárias;

5.7.8. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito.

5.7.9. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da contratante.

5.7.10. Responsabilizar-se pelas despesas administrativas, fiscais e comerciais, de toda ordem, decorrentes da execução do Contrato, bem como as despesas de recrutamento, seleção, vestuário, equipamentos de proteção individual, salários e vantagens dos empregados e respectivos encargos e demandas fiscais, comerciais, trabalhistas, previdenciários, cíveis ou penais, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que esses empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

5.7.11. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, caso haja previsão em instrumento coletivo.

5.7.12. Gerir a marcação de ponto de seus empregados, usando, para tanto, o instrumento que melhor lhe convier e possibilitando à fiscalização da CONTRATANTE a verificação da documentação respectiva. As folhas de ponto consolidadas de todos os colaboradores, devidamente assinadas, deverão ser encaminhadas, em formato digital, aos fiscais do contrato, para fins de conferência e fiscalização, no primeiro dia útil subsequente ao da prestação dos serviços.

5.7.13. Controlar a frequência dos profissionais contratados para a realização dos serviços, bem como o Banco de Horas, por meio de lançamento em planilha individual, detalhando as horas suplementares realizadas, as horas compensadas e o saldo remanescente, que será quitado ou zerado até o final do contrato, permitindo o acesso aos dados para fiscalização da CONTRATANTE.

5.7.14. Indicar, formalmente, no momento da assinatura do contrato, preposto que tenha capacidade gerencial para tratar de todos os assuntos previstos no instrumento contratual, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados, de acordo a Lei n. 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

5.7.15. Orientar seus empregados a manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros, que tomar conhecimento em razão da execução do contrato.

5.7.16. Arcar com os ônus decorrentes do uso indevido dos telefones, de danos patrimoniais ou pessoais causados por seus funcionários, inclusive em relação a terceiros, nas dependências do CONTRATANTE.

5.7.17. Apresentar, em original ou cópia, recibos de pagamento dos empregados prestadores dos serviços, devidamente assinados pelos mesmos, ou de comprovantes de depósito em conta bancária, aberta para esse fim em nome de cada empregado, conforme o art. 464, parágrafo único, da CLT, bem como comprovantes da quitação dos demais encargos trabalhistas;

5.7.18. Programar, previamente, as substituições de férias e licença, quando possível, por profissionais de mesma qualificação, para que não haja descontinuidade dos serviços.

5.7.19. Fornecer, **até o último dia do mês**, o auxílio-alimentação e vale-transporte correspondentes ao mês seguinte, nas quantidades que se fizerem necessárias para a cobertura do trajeto residência/trabalho e vice-versa, ainda que para isso ocorra a entrega de mais de um tipo de vale-transporte.

5.7.20. Fornecer e manter atualizado o seu endereço postal e eletrônico, bem como o nº de telefone/e-mail, para que a CONTRATANTE mantenha os contatos necessários.

5.7.21. Providenciar a regularização de pendências e/ou impropriedades ocorridas na prestação dos serviços, apontadas pelos(as) servidores(as) designados(as) para fiscalizar a execução do Contrato, dentro do prazo estipulado pela comunicação escrita da CONTRATANTE.

5.7.22. Manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.7.23. Entregar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a documentação comprobatória da quitação das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS, referentes aos empregados, no prazo estipulado pela Fiscalização do Contrato.

5.7.24 A CONTRATADA deverá, quando da substituição definitiva do prestador de serviços, apresentar o respectivo termo de rescisão de contrato de trabalho acompanhado dos recibos de pagamento das verbas rescisórias incluindo FGTS, ou declaração da manutenção do vínculo trabalhista com o referido prestador.

5.7.25. Instruir os empregados para a prevenção de incêndio, em todos os locais de prestação de serviços, nas áreas da contratante.

5.7.26. Substituir o empregado faltoso no prazo de 72 (setenta e duas) horas a contar da comunicação do TRE-MG, de forma a evitar a descontinuidade da prestação dos serviços.

5.7.27. Fornecer à Contratante a relação de funcionários em férias e faltas.

5.7.28. Formatar um plano de trabalho que constará as devidas orientações aos profissionais que receberão o adicional de insalubridade por limpeza de banheiros públicos de uso coletivo ou de grande circulação, de forma a destacar os colaboradores que poderão realizar a limpeza das instalações sanitárias.

5.7.29. Arcar com todas as despesas pertinentes ao envio e recolhimento dos insumos diversos, materiais de consumo, máquinas e equipamentos necessários para a completa execução dos serviços, tais como **tributos, fretes, embalagens** e custos com mobilização e desmobilização, quando for o caso.

5.7.30. Fornecer os insumos diversos, materiais de consumo, máquinas e equipamentos necessários para a completa execução do serviço, nos prazos e condições descritos no item 5.5. deste Termo.

5.7.31. Obedecer aos prazos e disposições para a limpeza das caixas d'água e gordura contidas no item 5.6. deste Termo.

5.8. Uniformes

Caberá à CONTRATADA providenciar para que os funcionários estejam rigorosamente uniformizados, sendo obrigatório o uso de crachá de identificação pessoal com retrato atualizado.

5.8.1. A CONTRATADA deverá fornecer **anualmente**, para cada funcionário alocado para a prestação dos serviços contratados:

- 03 (três) calças e 03 (três) blusas em tecido e modelagem compatíveis com as atividades desempenhadas, com nome e logotipo de identificação da empresa.

- 01 (um) par de sapatos fechados, em couro sintético macio, na cor preta, solado de borracha macia, flexível e antiderrapante.

- crachá de identificação pessoal com retrato atualizado.

5.8.2. Os uniformes deverão ser entregues, em sua totalidade, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o início do contrato. Para comprovação do fornecimento dos uniformes, a empresa deverá encaminhar ao CONTRATANTE lista contendo a quantidade e descrição dos uniformes entregues, bem como recibo com assinatura do funcionário alocado para a prestação dos serviços.

5.8.3. Sempre que preciso, a CONTRATADA deverá substituir, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após a notificação pelo CONTRATANTE, qualquer peça do uniforme que apresentar defeito ou não tiver mais condições de ser utilizada, tendo em vista a necessidade de boa apresentação pessoal dos funcionários.

5.9. Prazos Contratuais

5.9.1. Na impossibilidade da execução de serviço no prazo avençado, caberá à empresa, **antes do seu término**, solicitar prorrogação, juntando documentos que comprovem a superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato.

5.9.2. O pedido será encaminhado à autoridade competente do contratante, para apreciação e decisão.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Formalizado o contrato a Contratante deverá designar formalmente o Gestor do Contrato, o Fiscal Requisitante, o Fiscal Técnico e o Fiscal Administrativo, bem como os respectivos suplentes, para o acompanhamento e fiscalização do contrato.

6.2.1. Na ausência do Gestor do Contrato e/ou dos Fiscais, a qualquer título, as providências de sua alçada, bem como as responsabilidades a eles afetas ficarão a cargo dos suplentes e, na falta destes, das respectivas chefias imediatas.

6.2.2 As funções de Fiscal Requisitante e Fiscal Técnico poderão ser desempenhadas por um único servidor.

6.3. A Contratada deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-la na execução do contrato.

6.3.1. A indicação ou a manutenção do preposto da Contratada poderá ser recusada pela Fiscalização da Contratante, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Fiscalização da Contratante deverá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.6. A Fiscalização da Contratante sempre que entender necessário poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.7. Caberá ao Fiscal Requisitante, sempre com o auxílio do Fiscal Técnico, quando a especificidade e complexidade da contratação assim o exigirem, acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração; competindo-lhe, especialmente:

6.7.1. Contatar a Contratada para esclarecer dúvidas, prestar informações, emitir ordem de início de serviço e outras providências, de acordo com as exigências contratuais.

6.7.2. Atestar a efetiva prestação dos serviços, conforme o IMR estabelecido no contrato

6.7.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, emitir notificações à Contratada para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.4. Comunicar ao Fiscal Administrativo a ocorrência de falhas, atrasos ou fatos relevantes que possam inviabilizar o cumprimento dos prazos estabelecidos, ou que acarretem a necessidade de prorrogação de prazos de execução/entrega ou de vigência contratual.

6.7.5. Encaminhar solicitação de alteração qualitativa, acréscimo ou supressão ao objeto do contrato, com as justificativas pertinentes, permitindo sua efetivação somente após a formalização do respectivo Termo Aditivo.

6.7.6. Informar à autoridade superior, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.7. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, em virtude de determinação legal ou por ordem e/ou interesse da Administração, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, pelo Fiscal Requisitante.

6.9. O Fiscal Administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.9.1. caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, competirá ao Fiscal Administrativo instruir o processo de aplicação de penalidade à contratada, a partir do relato dos descumprimentos contratuais pelo Fiscal Requisitante, ressalvada a possibilidade de o processo ser instaurado pelo próprio Fiscal Administrativo do contrato, quanto aos inadimplementos por ele detectados em matéria de sua competência.

6.9.2. o Fiscal Administrativo da Contratante comunicará ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.10. O Gestor do Contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10.1. O Gestor do Contrato anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.10.2. o Gestor do Contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

6.10.3. o Gestor do Contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, quanto aos inadimplementos por ele detectados em matéria de sua competência.

6.11. O Gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Instrumento de Medição do Resultado - IMR

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), por meio do qual a fiscalização técnica dos contratos deverá avaliar a execução do objeto conforme Anexo VIII, na aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.2. O valor devido à Contratada, a título de pagamento, poderá eventualmente sofrer descontos em função da pontuação por ela obtida por ocasião da avaliação de qualidade, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7.3. A pontuação será referente a cada local de prestação do serviço, não havendo a somatória dos percentuais porventura aplicados em cada local.

7.4. A medição será feita pelo fiscal designado para cada local.

7.5. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para controle da prestação dos serviços.

Forma de pagamento

7.6. As notas fiscais/faturas devem ser emitidas a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços. A contratada deverá emitir notas fiscais/faturas em separado para os serviços de limpeza e conservação com regime de dedicação exclusiva de mão de obra e para a prestação dos serviços de limpeza de caixas d'água e caixas de gordura.

7.7. O pagamento será mensal e efetuado **até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente à prestação de serviços**, após atestada a plena execução do objeto pela fiscalização do contrato, observadas as disposições contidas nos instrumentos convocatório e contratual, podendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, conforme disposto no item 7 e Anexo VIII deste Termo de Referência.

7.8. Nos termos do artigo 121, §3º, da Lei 14.133/2021, o pagamento mensal está condicionado à comprovação da quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato, sendo que em caso de inadimplemento as verbas trabalhistas serão pagas diretamente aos empregados e deduzidas do pagamento devido ao contratado.

7.9. A CONTRATADA deverá, ao término da vigência do contrato ou quando da substituição definitiva do prestador de serviços, apresentar o respectivo termo de rescisão de contrato de trabalho acompanhado dos recibos de quitação das verbas devidas, incluindo às relativas ao FGTS, ou declaração da manutenção do vínculo trabalhista com o referido prestador.

7.10. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE deverá reter os valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços, podendo utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores no caso de a CONTRATADA não efetuar os pagamentos em até 2 (dois) meses do encerramento da vigência contratual.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA.

8.2. O critério de julgamento das propostas deverá ser o de **menor preço global por item (região)**.

8.3. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira são expressas no Edital de licitação.

8.4. A licitante deverá apresentar 1 (um) ou mais atestado (s) de capacidade técnica, emitido (s) em seu nome, por pessoa jurídica de direito público ou privado, preferencialmente em papel timbrado, constando endereço de localização para permitir diligência, comprovando que já executou, de forma satisfatória, serviços de **gestão de mão de obra**, por período não inferior a **3 (três) anos**.

8.4.1. A licitante deverá comprovar que tenha executado contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados.

8.4.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.4.3. A título de diligência, poderá ser requerida a apresentação dos contratos que originaram os atestados bem como quaisquer informações necessárias a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado da contratação está previsto no edital de licitação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A contratação objeto destes autos encontra adequação orçamentária, uma vez que o Plano de Contratações Anual é elaborado em alinhamento com a proposta de Lei Orçamentária Anual.

11. PENALIDADES

11.1 O descumprimento das disposições deste termo de referência sujeitará a contratada às sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133/2021 **e no termo de contrato**.

12. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD

12.1. As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei nº 13.709/2018, nos termos previstos em contrato.

12.2. No Anexo IX estão relacionados os tipos de dados pessoais que poderão ser coletados no âmbito desta contratação, assim como a finalidade.

13. LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - LAI

13.1. Não há necessidade de classificação deste Termo de Referência quanto ao grau de sigilo, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, considerando que a contratação é pública, o que garante o amplo acesso aos interessados.

14. ANEXOS

14.1. Constituem Anexos deste Termo de Referência:

ANEXO I – Locais de prestação dos serviços e respectivos quantitativos e jornadas (Regiões A a F);
ANEXO II – Especificações para limpeza de caixas d'água e gordura;
ANEXO III - Locais de limpeza de caixas d'água e gordura e respectivos quantitativos;
ANEXO IV - Especificações dos materiais de limpeza;
ANEXO V - Estatísticas de consumo de materiais de limpeza por Região;
ANEXO VI - Estimativa de Custos dos materiais de limpeza;
ANEXO VII – Equipamentos;
ANEXO VIII – Instrumento de Medição de Resultado (IMR);
ANEXO IX – Checklist de Tratamento de Dados.

ANEXOS I A VII DO TERMO DE REFERÊNCIA

Estes documentos estão disponíveis no site do TREMG: <https://www.tre-mg.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/editais-2025>

ANEXO VIII

Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

- 1 - A verificação da qualidade da prestação do serviço será realizada com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) por meio do Relatório de AVALIAÇÃO MENSAL PARA EFEITO DE PAGAMENTO (Tabela IV).
- 2 - O Contratante irá monitorar constantemente os serviços, visando evitar a perda no nível de qualidade, podendo, inclusive, intervir para corrigir ou aplicar sanções contratuais e legais, quando verificar desconformidade contínua na prestação do serviço.
- 3 - A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que só será aceita caso comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis.
- 4 - Ocorrerá a glosa no pagamento devido à Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados esperados, em sua totalidade ou não executar, com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas.
- 5 - A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, podendo compreender a mensuração dos seguintes aspectos:
 - I - verificação dos prazos de execução.
 - II - cumprimento de exigências contratuais.
- 6 - Os serviços serão constantemente avaliados pelos fiscais do contrato, que relatarão, mensalmente, as eventuais irregularidades, conforme consta na sequência:
 - 6.1 - Os Fiscais Requisitante e Administrativo do contrato promoverão a tabulação das ocorrências, de modo a identificar o percentual de aceitação dos serviços, que deverá ser aplicado ao preço mensal dos serviços.
 - 6.2 - Terminado o mês de prestação dos serviços, o Fiscal Requisitante e o Fiscal Administrativo enviarão à Contratada, *por e-mail*, até o dia 5 (cinco) do mês seguinte, as Tabelas II e IV (FATORES DE AVALIAÇÃO e a AVALIAÇÃO MENSAL PARA EFEITO DE PAGAMENTO).
 - 6.2.1 - O Fiscal Requisitante, sempre que necessário, poderá contar com o auxílio do Fiscal Técnico para avaliação das eventuais irregularidades.
 - 6.3 - A Contratada deverá acusar o recebimento *do e-mail* e poderá apresentar justificativa dos pontos apontados no relatório, no prazo de 5 (cinco) dias, a qual será aceita, somente se comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis.
 - 6.4 - Havendo recusa da justificativa apresentada, a Contratada poderá apresentar impugnação, no mesmo prazo acima, a qual será submetida à análise do Gestor do Contrato.
 - 6.5 - Caso o resultado da avaliação da impugnação seja desfavorável à Contratada, o desconto será efetivado no mês subsequente.
- 7- A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução dos serviços, total ou parcialmente, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, e em documento contemporâneo à sua ocorrência.
- 8 - A justificativa deverá vir acompanhada de pedido de prorrogação do respectivo prazo, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho a vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições da contratação, ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração.
- 9 - O pedido de prorrogação dos prazos previstos nos itens 7 e 8 deverá ser efetuado **antes do término desses prazos**.

Tabela I

INDICADOR 1	
QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a qualidade na prestação do serviço de limpeza nas unidades dos Cartórios e/ou Central de Atendimento ao Eleitor e garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas/previdenciárias para com os empregados da contratada, de acordo com as especificações contidas no Contrato
Meta a Cumprir	100% dos serviços executados com qualidade
Instrumento de Medição	Planilha de controle dos serviços executados e do cumprimento das obrigações trabalhistas/previdenciárias para com os empregados da contratada , conforme modelo abaixo indicado

Forma de acompanhamento	A fiscalização do contrato acompanhará mensalmente o cumprimento das atividades da execução dos serviços, registrando as ocorrências nas planilhas de controle. A fiscalização será feita por fiscais distintos, lotados em cada local de prestação dos serviços. A fiscalização administrativa acompanhará mensalmente o cumprimento das obrigações trabalhistas/previdenciárias para com os empregados da contratada.
Periodicidade	Semanal, quinzenal ou mensal
Mecanismo de cálculo	O número de ocorrências no mês refletirá o percentual de atingimento da meta (%) ou, a glosa, pelo não atingimento.
Início de Vigência	A partir da data da assinatura do contrato.
Faixa de ajuste no pagamento.	0 a 3 ocorrências= 100% da meta = recebimento 100% da fatura 4 a 6 ocorrências= 98% da meta = recebimento 98% da fatura 7 a 9 ocorrências= 95% da meta = recebimento de 95% da fatura 10 a 12 ocorrências= 90% da meta = recebimento 90% da fatura
Sanção	Em caso de 13 (treze) ocorrências ou mais, por local de prestação dos serviços, poderão ser aplicadas as sanções administrativas previstas no instrumento contratual, sem prejuízo do desconto de 10% sobre a nota fiscal.

Tabela II – FATORES DE AVALIAÇÃO

1) AVALIAÇÃO MENSAL FISCAL REQUISITANTE (CARTÓRIOS/CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ELEITOR)		
ITEM	DESCRIÇÃO	OCORRÊNCIAS NO MÊS (REGISTRAR DATA DO FATO E BREVE RELATO DO OCORRIDO)
1.1	Deixar de executar as atividades descritas no item 5.1. do TR	
1.2	Não utilizar os produtos de limpeza de forma adequada, prejudicando o resultado dos serviços.	
1.3	Não fornecimento de materiais e utensílios que inviabilize a prestação de serviços de conservação e limpeza.	
TOTAL		

2) AVALIAÇÃO MENSAL FISCAL ADMINISTRATIVO		
ITEM	DESCRIÇÃO	OCORRÊNCIAS NO MÊS (REGISTRAR DATA DO FATO E BREVE RELATO DO OCORRIDO)
2.1	Deixar de apresentar a documentação exigida neste Termo de Referência e no instrumento contratual nos prazos estabelecidos, quando solicitada pela Fiscalização do contrato.	
2.2	Não cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	
2.3	Deixar de efetuar o pagamento de salários nas datas avençadas ou estabelecidas nos dispositivos legais.	
2.4	Deixar de efetuar o pagamento de vale-transporte, vale-refeição, seguros, bem como arcar com quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas ou determinadas em dispositivo legal, tais como recolher encargos fiscais e sociais.	
2.5	Não apresentar no prazo estabelecido, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e as relativas ao FGTS.	
TOTAL		

TABELA III – AJUSTES NO PAGAMENTO

NÚMERO DE OCORRÊNCIAS NO MÊS (B)	FAIXA IMR ATINGIMENTO DA META (C)	PERCENTUAL DA GLOSA % (D) (100 - C)
0 a 3	100%	0%
4 a 6	98%	2%
7 a 9	95%	5%
10 a12	90%	10%
13 ou mais, por local de prestação do serviço.	90% + Sanções contratuais	10% + Sanções contratuais

Tabela IV - AVALIAÇÃO MENSAL PARA EFEITO DE PAGAMENTO

PROCESSO	
NÚMERO DO CONTRATO	
SÍNTESE DO OBJETO	
VIGÊNCIA	
VALOR MENSAL DO CONTRATO (A)	
PERÍODO DE APURAÇÃO	
NÚMERO DE OCORRÊNCIAS (B)	
VALOR DA GLOSA (E) (D x A)	
VALOR A SER RECEBIDO PELA EMPRESA (F) (A - E)	

- A – Valor mensal do contrato: R\$
- B - Número de ocorrências:
- C – Faixa do IMR:
- D – Percentual de glosa:
- E – Valor glosado: R\$
- F - Valor a ser recebido pela empresa (A-E): R\$

ANEXO IX

Checklist de Tratamento de Dados

1. Identificação e Classificação dos Dados

Quais tipos de dados pessoais poderão ser coletados no âmbito dessa futura contratação?

DADO PESSOAL	DADO PESSOAL SENSÍVEL e outros
(X) Nome	(X) Dados que revelam origem racial ou étnica
(X) Nome Social	() Dados que revelam convicção religiosa
(X) CPF	() Dados que revelam opinião política
(X) Número de RG	() Dados que revelam filiação a sindicato
() Número do título de eleitor	() Dados que revelam filiação a organização de caráter religioso
(X) Numero de CNH	() Dados que revelam filiação a organização de caráter filosófico
() Número de Matrícula ou ID funcional (servidores)	(X) Dados que revelam filiação a organização de caráter político
() Número do Passaporte	(X) Dados referentes à saúde ou à vida sexual
() Número de identidade profissional (OAB, CREA, CRM, etc)	() Dados genéticos
(X) Endereço residencial e/ou comercial	(X) Dados biométricos
() Número de Telefone (fixo ou celular)	----
() Endereço eletrônico (email, redes sociais, etc)	(X) Dados de crianças ou adolescentes
() Imagem (foto ou vídeo)	(X) Dados financeiros
(X) Data de nascimento	
(X) Nome dos genitores	Outros (indicar): Dados que revelam algum tipo de deficiência (Resolução CNJ 497/2023)

2. Qual é a finalidade da coleta/uso desses dados pessoais?

Para fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para atender ao CNJ (Resolução 587/2024).
--

3. Qual é a base legal para o tratamento dos dados pessoais?

- (X) Cumprimento de obrigação legal
- (X) Execução de políticas públicas
- () Tutela de saúde
- (X) Execução de contrato / diligências pré-contratuais
- () Estudos por órgão de pesquisa
- () Interesse Legítimo do Controlador / Terceiro

4. Compartilhamento e Transferência de Dados

a) Os dados pessoais que serão objeto dessa contratação poderão ser compartilhados com terceiros, ou seja, com instituição pública ou privada diversa do TRE-MG?

- (X) sim
- () não

Em caso afirmativo, informe quais e com que finalidade.

Conta vinculada, Receita Federal, Banco do Brasil (CPF e dados bancários); CNJ (CPF, nome, data de nascimento, dados que revelam origem racial ou étnica, bem como algum tipo de deficiência).

b) Existirá alguma transferência internacional de dados?

- () sim
- (X) não

Se sim, com qual país e quais medidas deverão ser tomadas para garantir a proteção dos dados?

5. Segurança dos Dados

a) Quais medidas de segurança específicas podem ser necessárias para proteger os dados pessoais? (Ex.: criptografia, controle de acesso)

Pelo contratado: Não há medidas de segurança específica.
Pelo TRE-MG: Controle de acesso

b) É necessária alguma exigência específica em relação ao tempo de armazenados dos dados pelo contratado? Se sim, indique qual(is).

Não.

MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

MUNICÍPIO: _____
(identificar)

CATEGORIA PROFISSIONAL: _____
(identificar)

MONTANTE "A"

DISCRIMINAÇÃO	Valor	
1. Remuneração (= 1.1. + 1.2. + 1.3.)		
1.1. Salário (valor unitário)		
1.2. Hora-extra (sábados) *		
1.3. Hora-extra (domingos e feriados) *		
2. Encargos Sociais incidentes sobre o valor da remuneração		
2.1. Grupo "A"	Percentual	Valor
a. INSS		
b. SESI/SESC		
c. SENAI/SENAC		
d. INCRA		

e. Salário-Educação		
f. FGTS		
g. RAT – Riscos Ambientais do Trabalho (antigo SAT)		
h. SEBRAE		
2.2. Grupo "B"	Percentual	Valor
a. Férias		
b. Auxílio-Doença		
c. Licença maternidade/paternidade		
d. Faltas legais		
e. Acidentes de trabalho		
f. Aviso prévio		
g. 13º. Salário		
2.3. Grupo "C"	Percentual	Valor
a. Aviso prévio indenizado		
b. Indenização adicional		
c. FGTS nas rescisões sem justa causa		
2.4. Grupo "D"	Percentual	Valor
a. Incidência dos encargos do Grupo "A" sobre os itens do Grupo "B"		
VALOR TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS		
VALOR GLOBAL DA MÃO-DE-OBRA		

* Para os itens 1.2 e 1.3 deverão ser considerados os valores estimados mensais, conforme exigência do Anexo I do Termo de Referência (Anexo I do Edital); bem como os percentuais definidos na CCT da categoria.

Notas Explicativas:

1. A inclusão dos itens na composição da Remuneração dependerá da natureza da contratação e, ainda, das peculiaridades do respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.
2. Em obediência à determinação contida no Acórdão do TCU nº 1.186/2017 Plenário, em caso de prorrogação/repactuação do contrato, o percentual máximo da parcela de aviso prévio trabalhado será de 0,194%.

MONTANTE "B"

Item	Valor
1. Vale-Transporte	
2. Seguro de vida em grupo	
3. Uniforme/EPI	
4. Equipamentos (Anexo VII do Termo de Referência)	
5. Materiais de limpeza (Anexos IV, V e VI do Termo de Referência)	
6. PQM (SE FOR O CASO)	
7. Outros (especificar)	
TOTAL DO MONTANTE "B"	

Notas Explicativas:

1. A inclusão dos itens da planilha de custos acima dependerá da natureza da contratação e, ainda, das peculiaridades do respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.
2. Verbas não constantes no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho não deverão ter seus valores preenchidos na tabela acima.

MONTANTE "C"

Item	Percentual	Valor
1. Despesas Administrativas/Operacionais		
2. Lucro		
Subtotal (1 + 2)		

Item	Percentual	Valor
3. Tributos indiretos		
3.1. ISS sobre faturamento*		
3.2. COFINS sobre faturamento		
3.3. PIS sobre faturamento		
3.4. Outros Tributos		
Soma dos Tributos Indiretos		
TOTAL DO MONTANTE "C" (1 + 2 + 3)		

*Observação: Alíquota de ISS de acordo com a _____ – Legislação aplicável: LC ____/200__.

VALOR UNITÁRIO MENSAL ("A" + "B" + "C")	
--	--

	Quantidade	Valor
VALOR TOTAL MENSAL		

	Meses	Valor
VALOR TOTAL DO MUNICÍPIO		

*Discriminação do valor atribuído a "Equipamentos":

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - EQUIPAMENTOS - MENSAL		
EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO MENSAL, COBRADO A TÍTULO DE DEPRECIAÇÃO DO EQUIPAMENTO
Placa de plástico, indicativa de "piso escorregadio".	*	
Placa de plástico, indicativa de "banheiro em manutenção".	*	
Mangueira emborrachada de 30m.	*	
Mangueira emborrachada de 50m.	*	
Enceradeira doméstica ou industrial	*	
VALOR TOTAL		

* Quantitativos estimados por item (Região) constam no Anexo VII do Termo de Referência.

INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DA
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇO

- Considerando que está prevista a repactuação do contrato, não é permitida a previsão de "Reserva Técnica".
- Item **"INSS"**: caso o regime de tributação da empresa seja pelo Simples Nacional, **somente preencher com 20%** se houver o enquadramento no §5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123/2006 (redação dada pela Lei Complementar nº 128/2008).
- Itens **"SESI/SESC"**; **"SENAI/SENAC"**; **"INCRA"**; **"Salário-Educação"**; e **"SEBRAE"**: **Não preencher** caso o regime de tributação da empresa seja pelo **Simples Nacional**, consoante dispõe o §3º do art. 13 da Lei Complementar nº 123/2006.

4. Item "RAT – Riscos Ambientais do Trabalho" (antigo "SAT"): a alíquota será definida de acordo com o **enquadramento** da empresa no Código **CNAE** relativo à atividade preponderante (art. 22, II, da Lei nº 8.212/1991 e art. 202 do Decreto nº 3.048/1999 com redação dada pelo Decreto nº 6.957/2009). Nos termos da mencionada legislação, considera-se atividade preponderante a que ocupa o maior número de empregados e trabalhadores avulsos da empresa.

4.1. A empresa licitante deverá informar, quando da apresentação de sua planilha de composição de preços, qual é o Código CNAE de sua atividade preponderante, dentre aqueles mencionados em seu Cartão de Inscrição e de Situação Cadastral (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica).

5. Para o item "Vale-Transporte", deverá ser demonstrada a fórmula e os valores utilizados no seu cálculo.

6. Existem banheiros abertos ao público e classificados como de grande circulação o que gera o direito ao **adicional de insalubridade em grau máximo (40% sobre o salário mínimo)**, consoante dispõe item II, da Súmula 448 do TST, observadas as disposições contidas nas respectivas Convenções Coletivas de Trabalho, nos cartórios relacionados:

- Item 3 (Região C) - Juiz de Fora - 1 posto;
- Item 6 (Região F) - Caratinga - 1 posto.

6.1. Para fins de equalização das propostas, o **licitante deverá cotar o adicional de insalubridade no grau máximo (40% do salário mínimo) para os locais indicados nas planilhas, salvo se a CCT utilizada contiver previsão de cláusula mais benéfica ao empregado**, sendo que o pagamento à empresa está condicionado à apresentação do laudo pericial e do respectivo comprovante de pagamento.

7. Os percentuais das Despesas Administrativas/Operacionais e do Lucro deverão incidir sobre a soma dos Montantes "A" e "B".

8. Os percentuais dos tributos, legalmente estabelecidos, incidem sobre a soma dos Montantes "A" e "B" e dos valores das Despesas Administrativas/Operacionais e do Lucro, além da soma das alíquotas de todos os tributos indiretos, conforme a seguinte fórmula:

$$\text{Valor do Tributo} = \frac{M \times T}{1 - S}$$

Na fórmula apresentada acima, "M" é a soma dos Montantes "A" e "B" e dos valores das Despesas Administrativas/Operacionais e do Lucro, "T" é a alíquota do tributo, e "S" é a soma das alíquotas de todos os tributos indiretos (ISS, COFINS e PIS).

Exemplificando com o ISS, com base nos seguintes valores:

- M = R\$464,17
- T = 2,0%
- S = 5,65%

$$\text{Valor do ISS} = \frac{464,17 \times 0,02}{1 - 0,0565} = \frac{9,2834}{0,9435} = 9,84$$

9. Os percentuais dos tributos **COFINS** e **PIS** deverão ser cotados conforme a forma de tributação adotada pela licitante (lucro real ou lucro presumido), nos termos da legislação vigente, **ressalvada a legislação específica aplicada às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional**.

10. Deverão ser observadas as disposições contidas na(s) respectiva(s) Convenção(ões) Coletiva(s) de Trabalho mencionada(s) no subitem 12.13 do edital.

11. A planilha de discriminação de equipamentos destina-se somente a fazer o detalhamento do valor cotado no item "Equipamentos" no Montante "B", não devendo seu valor ser adicionado ao valor total do contrato.

12. Quanto à reoneração gradual da folha de pagamento, os licitantes deverão observar o disposto na Lei nº 14.973/2024, que alterou a Lei nº 12.546/2011, a orientação disponível no [sítio www.gov.br](http://www.gov.br), bem como os Parágrafos Nono, Dez e Onze da Cláusula Treze do Contrato, se couber.

ANEXO III DO EDITAL

MINUTA DO CONTRATO

SEI nº 0011233-44.2024.6.13.8000

Contrato nº/.... – TREMG

A DEPENDER DO ITEM ADJUDICADO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A **UNIÃO**, POR INTERMÉDIO DO **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS** E

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**, CNPJ nº 05.940.740/0001-21, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Prudente de Moraes, 100, Cidade Jardim, a seguir denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por sua Diretora-Geral, Cassiana Lopes Viana, de acordo com a delegação de competência contida no art. 2º, inciso V, da Portaria nº 98/2025 da Presidência deste Tribunal, publicada no DJE de 16/06/2025, e, a, CNPJ nº, com sede em/MG, na, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu,, vêm ajustar o presente Contrato de Prestação de Serviços, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato é a prestação dos serviços de **limpeza e conservação predial**, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo, além do fornecimento de mão de obra, o fornecimento de saneantes domissanitários, uniformes personalizados, utensílios, materiais, equipamentos de uso profissional e a prestação do serviço de limpeza de caixas d'água e gordura, nas instalações da CONTRATANTE, com observância dos Anexos do presente Instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) LOCAL(IS) DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão prestados nos Cartórios Eleitorais do interior de Minas Gerais, nos endereços listados no Anexo II deste contrato.

Parágrafo Único: No decorrer da contratação poderá ser demandada a prestação de serviços em outras localidades, obedecidos os limites para acréscimos constantes do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS QUANTITATIVOS E DOS HORÁRIOS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá preencher o quantitativo de postos de trabalho nos respectivos municípios discriminados no Anexo II deste contrato, de 2ª a 6ª feira, conforme jornadas constantes no referido anexo.

Parágrafo Primeiro: Deverão ser observados os respectivos Acordos Coletivos, Convenção Coletiva de Trabalho ou equivalente, bem como a legislação pertinente, inclusive no que toca ao intervalo para refeição e repouso, para todos os empregados alocados para a prestação dos serviços.

Parágrafo Segundo: Nos anos eleitorais poderá haver, para os cartórios com jornada de **15 (quinze), 20 (vinte) e 25 (vinte e cinco) horas semanais**, realização dos serviços **aos sábados, sem, contudo, ser alterada a carga horária semanal**. Para tanto, a Fiscalização deverá estabelecer critérios de alternância dos serviços nos dias úteis, para que não haja a alteração da carga horária semanal.

Parágrafo Terceiro: Nos meses de abril, maio, setembro e outubro dos anos eleitorais para os cartórios com jornadas de **15 (quinze), 20 (vinte) e 25 (vinte e cinco) horas semanais**, poderá haver a prestação dos serviços aos **domingos e feriados**, mediante a adoção excepcional do **regime de banco de horas**, desde que cumpridos todos os requisitos abaixo:

- Aprovação da justificativa apresentada pelo Fiscal Requisitante que deve ser feita com antecedência mínima de 90 (noventa) dias a partir da data que será adotado o banco de horas no Cartório Eleitoral;
- Assinatura de acordo individual escrito (desde que não haja norma coletiva em sentido contrário), acordo coletivo ou convenção coletiva em que haja previsão de compensação, sob pena de a CONTRATADA arcar com os custos decorrentes do descumprimento deste item, sendo que tal medida não configurará alteração da cláusula econômico-financeira do contrato;
- Priorização da compensação de horas dentro do mês;
- Controle do banco de horas pela CONTRATADA e por seus empregados, conforme estabelecido no acordo individual escrito, acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho;
- Disponibilização até o último dia útil de cada mês para o Gestor do contrato de planilha formato editável do quantitativo de horas lançados no banco de horas;
- Exaurimento do banco de horas dentro dos limites estabelecidos em acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho;
- Competência exclusivamente da CONTRATADA para o controle do banco de horas;
- As horas armazenadas no Banco de Horas, que correspondem a débito do empregado, poderão ser exigidas sempre que houver necessidade de acréscimo da jornada de trabalho normal, sem que isto implique em pagamento de horas extras, devendo a CONTRATADA, sempre que possível, comunicar o empregado da reposição de horas devidas com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas.

Parágrafo Quarto: O quantitativo máximo de horas trabalhadas diariamente mediante a adoção do Banco de Horas é de 2 (duas) horas.

Parágrafo Quinto: Nos anos eleitorais poderá haver, para os cartórios com jornada de **30 (trinta) e 40 (quarenta) horas semanais**, realização dos serviços aos **finais de semana e feriados** mediante a realização de horas extras, conforme a demanda dos cartórios eleitorais, no quantitativo estimado constante do Anexo II.

Parágrafo Sexto: Para os cartórios com jornada de **30 (trinta) e 40 (quarenta) horas semanais não há previsão da adoção do Banco de Horas**.

Parágrafo Sétimo: Os empregados da contratada não poderão renunciar ao repouso semanal remunerado em nenhuma hipótese.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA, além do fornecimento dos materiais, insumos, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução dos serviços, obriga-se a:

- Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, supervisionando a execução, por parte dos seus empregados, de todos os serviços descritos no Anexo I deste Contrato;
- Selecionar e preparar, rigorosamente, os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando indivíduos com funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, empregando, preferencialmente, mão de obra local, conforme art. 4º, inciso IV, do Decreto 7.746/2012;

- III. Manter disciplina no local dos serviços, retirando, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro)** horas após notificação do gestor do contrato, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela CONTRATANTE, substituindo-o por outro da mesma função sem ônus adicional para a CONTRATANTE;
- IV. Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, **eprovendo-os dos equipamentos de proteção individual – EPI's** – e outros que forem necessários à correta prestação dos serviços;
- V. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias para o pronto atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados e supervisores;
- VI. Cumprir as normas de segurança da CONTRATANTE, além dos postulados legais vigentes nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;
- VII. Fornecer à CONTRATANTE, mensalmente, no formato excel, relação do pessoal incumbido de prestar os serviços contratados, por local de trabalho, contendo dados pessoais: nome completo, data de nascimento, matrícula, cargo, data de admissão, lotação, número do CPF e do documento de identidade, número do PIS, endereço residencial, raça, sexo, gênero, identificação de mulheres em condição de vulnerabilidade social, e identificação de pessoa para contato – nome e telefone – para fins de comunicação em caso de acidente ou doença;
- VIII. Fornecer à CONTRATANTE, até o dia de início da execução dos serviços, para cada empregado, os seguintes documentos:
- a) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos ou comprovante de envio do evento admissão ao e-Social;
 - b) Cópia da Ficha de Registro dos Empregados;
 - c) Cópia do Termo de Opção de Vale-Transporte;
 - c) Cópia do comprovante de inclusão na Apólice de Seguro de Vida, incluindo listagem em que constem os nomes dos empregados;
 - e) Cópia do Exame Médico Admissional;
 - f) Informações referentes ao Salário Família: TERMO de responsabilização identificando quais Colaboradores recebem o benefício, nomes dos filhos e respectivas datas de nascimento;
 - g) Declaração assinada pelos empregados, informando que foram orientados pela CONTRATADA no sentido de que devem acompanhar o depósito mensal do FGTS através do aplicativo da Caixa Econômica Federal "FGTS"; bem como também devem se cadastrar no aplicativo do Governo Federal "Meu INSS" para ter acesso pela internet aos valores depositados mensalmente a título de contribuições previdenciárias;
- IX. Responsabilizar-se pelas despesas administrativas, fiscais e comerciais, de toda ordem, decorrentes da execução do Contrato, bem como as despesas de recrutamento, seleção, vestuário, equipamentos de proteção individual, salários e vantagens dos empregados e respectivos encargos e demandas fiscais, comerciais, trabalhistas, previdenciários, cíveis ou penais, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que esses empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- X. Indicar, formalmente, no momento da assinatura do contrato, preposto que tenha capacidade gerencial para tratar de todos os assuntos previstos no instrumento contratual, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados, de acordo a Lei nº 14.133/2021;
- XI. Manter preposto facilmente contatável, capaz de resolver pendências que surgirem, efetuar substituição de empregado faltoso ou solucionar problemas pertinentes à prestação dos serviços;
- XII. Providenciar a participação de seu preposto em reuniões de planejamento, avaliação ou resolução de problemas específicos, com os gestores do Contrato, sempre que for convocado;
- XIII. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, caso haja previsão em instrumento coletivo.
- XIV. Gerir a marcação de ponto de seus empregados, usando, para tanto, o instrumento que melhor lhe convier e possibilitando à fiscalização da CONTRATANTE a verificação da documentação respectiva - As folhas de ponto consolidadas de todos os colaboradores, devidamente assinadas deverão ser encaminhadas, em formato digital, aos fiscais do contrato, para fins de conferência e fiscalização, no primeiro dia útil subsequente ao da prestação dos serviços;
- XV. Controlar a frequência dos profissionais contratados para a realização dos serviços, bem como o Banco de Horas, por meio de lançamento em planilha individual, detalhando as horas suplementares realizadas, as horas compensadas e o saldo remanescente, que será quitado ou zerado até o final do contrato, permitindo o acesso aos dados para fiscalização da CONTRATANTE;
- XVI. Arcar com os ônus decorrentes do uso indevido dos telefones, de danos patrimoniais ou pessoais causados por seus funcionários, inclusive em relação a terceiros, nas dependências da CONTRATANTE;
- XVII. Apresentar, em original ou cópia, recibos de pagamento dos empregados prestadores dos serviços, devidamente assinados pelos mesmos, ou de comprovantes de depósito em conta bancária, aberta para esse fim em nome de cada empregado, conforme o art. 464, parágrafo único, da CLT, bem como comprovantes da quitação dos demais encargos trabalhistas;
- XVIII. Substituir o empregado faltoso no prazo de **72 (setenta e duas) horas** a contar da comunicação da CONTRATANTE, de forma a evitar a descontinuidade da prestação dos serviços;
- XIX. Programar, previamente, as substituições de férias e licença, quando possível, por profissionais de mesma qualificação, para que não haja descontinuidade dos serviços;
- XX. Fornecer, **até o último dia do mês**, o auxílio-alimentação e vale-transporte correspondentes ao mês seguinte, nas quantidades que se fizerem necessárias para a cobertura do trajeto residência/trabalho e vice-versa, ainda que para isso ocorra a entrega de mais de um tipo de vale-transporte;
- XXI. Fornecer e manter atualizado o seu endereço postal e eletrônico, bem como o número de telefone/e-mail, para que a CONTRATANTE mantenha os contatos necessários;
- XXII. Providenciar a regularização de pendências e/ou impropriedades ocorridas na prestação dos serviços, apontadas pelos servidores designados para fiscalizar a execução do Contrato, dentro do prazo estipulado pela comunicação escrita da CONTRATANTE;
- XIII. Instruir os empregados para a prevenção de incêndio, em todos os locais de prestação de serviços, nas áreas da CONTRATANTE;
- XIV. Fornecer à CONTRATANTE a relação de funcionários em férias e faltas;
- XXV. Formatar um plano de trabalho que constará as devidas orientações aos profissionais que receberão o adicional de insalubridade por limpeza de banheiros públicos de uso coletivo ou de grande circulação, de forma a destacar os colaboradores que poderão realizar a limpeza das instalações sanitárias;
- XVI. Arcar com todas as despesas pertinentes ao envio e recolhimento dos insumos diversos, materiais de consumo, máquinas e equipamentos necessários para a completa execução dos serviços, tais como **tributos, fretes, embalagens** e custos com mobilização e desmobilização, quando for o caso;
- XVII. Fornecer os insumos diversos, materiais de consumo, máquinas e equipamentos necessários para a completa execução do serviço, nos prazos e condições descritos no item 2 do Anexo I deste instrumento;
- XVIII. Obedecer aos prazos e disposições para a limpeza das caixas d'água e gordura contidas no item 3 do Anexo I deste instrumento;
- XIX. Elaborar e manter um programa interno de treinamento sobre responsabilidade socioambiental de seus funcionários para redução de consumo de energia elétrica, de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- XXX. Orientar seus empregados sobre o recolhimento correto dos resíduos sólidos, conforme programa de coleta seletiva implantada pelo CONTRATANTE;
- XXI. Orientar seus empregados para que incluam na rotina de serviço a verificação e o desligamento das luzes das salas desocupadas após o

expediente;

- XXII. Fornecer, preferencialmente, saneantes domissanitários biodegradáveis, considerando-se ações ambientais; boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdício/consumo de água e menor poluição;
- XXIII. Obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, fornecendo aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizando o seu uso, conforme consta da Norma Regulamentadora MTE nº 06;
- XXIV. Assegurar, durante a vigência do contrato, a capacitação a todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, com carga horária mínima de 2 (duas) horas mensais, conforme a Resolução CSJT nº 98/2012;
- XXV. Elaborar e implementar Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE;
- XXVI. Manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- XVII. Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias contados do início da prestação dos serviços, a emissão do Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados;
- XVIII. Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias contados do início da prestação dos serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas;
- XXIX. Entregar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a documentação comprobatória da quitação das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS, referentes aos empregados, no prazo estipulado pela Fiscalização do Contrato;
- XL. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- XLI. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o inciso anterior, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- XLII. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- XLIII. Instruir seus profissionais acerca da ciência e responsabilidade em relação ao código de ética instituído pela Resolução 1236/2022-TREMG;
- XLIV. Observar, na assinatura da Carteira de Trabalho, o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis previsto no art. 29 da CLT, consignando, no documento, a data efetiva de início da prestação laboral;
- XLV. Cumprir as diretrizes da Política Nacional de Incentivo à Participação Feminina no Poder Judiciário, instituída e alterada, respectivamente, pelas Resoluções CNJ nº 255/2018 e 540/2023, no que se refere à participação equânime de homens e mulheres na presente contratação, com perspectiva interseccional de raça e etnia, proporcionando a ocupação de, no mínimo, 50% de mulheres, considerando cada função deste contrato, consoante dispõe o artigo 2º, inciso VI, parágrafos 1º, 2º e 7º da Resolução CNJ nº 540/2023;
- XLVI. Informar, mensalmente, os dados relativos a participação equânime de homens e mulheres na presente contratação, com perspectiva interseccional de raça e etnia, devendo comprovar tal informação mediante lista de empregados que preenchem tal requisito;
- XLVII. Destinar 5% (cinco por cento) das vagas desta contratação exclusivamente para mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social, observando-se os critérios descritos na Resolução CNJ nº 497, de 14 de abril de 2023, bem como o acordo de Cooperação efetivado com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE), mantendo este percentual durante toda a vigência do contrato;
- XLVIII. Manter em sigilo a condição de vulnerabilidade das trabalhadoras alocadas para a prestação dos serviços;
- XLIX. Empregar mão de obra formada por pessoas egressas do sistema prisional, na seguinte proporção:
- a – quatro por cento das vagas, quando a execução do contrato demandar cinquenta ou menos empregados;
 - b – cinco por cento das vagas, quando a execução do contrato demandar cinquenta e um a oitenta empregados; ou
 - c – seis por cento das vagas, quando a execução do contrato demandar mais de oitenta empregados.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE, a partir da assinatura deste instrumento, a fazer a retenção na fatura ou nota fiscal do valor do FGTS e o depósito direto nas respectivas contas vinculadas individuais dos trabalhadores da CONTRATADA, quando for o caso, observada a legislação específica.

Parágrafo Segundo: A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE, a partir da assinatura deste instrumento, a fazer o desconto na fatura ou nota fiscal dos valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas e pagamento direto aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, quando for o caso, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA deverá, ao término da vigência deste contrato ou quando da substituição definitiva do seu empregado, apresentar o respectivo termo de rescisão de contrato de trabalho ou declaração da manutenção do vínculo trabalhista com a CONTRATADA.

Parágrafo Quarto: Até que a CONTRATADA comprove o disposto no parágrafo anterior, a CONTRATANTE deverá reter os valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços, podendo utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores no caso de a CONTRATADA não efetuar os pagamentos em até 2 (dois) meses do encerramento da vigência contratual.

Parágrafo Quinto: A CONTRATADA que seja optante pelo SIMPLES NACIONAL deverá formalizar seu pedido de **exclusão do referido regime tributário junto à Receita Federal**, até o último dia útil do mês subsequente ao do início da vigência do contrato, nos termos do art. 30, §1º, II da Lei Complementar nº 123/2006.

Parágrafo Sexto: Na hipótese do parágrafo anterior, a CONTRATADA deverá **comprovar sua exclusão, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis** após o término do prazo para comunicação à Receita Federal, sob pena de inadimplemento contratual e aplicação das penalidades cabíveis, bem como a comunicação direta àquele Órgão, por meio de ofício expedido pela CONTRATANTE.

Parágrafo Sétimo: Para cumprimento do disposto no inciso XLVII desta Cláusula, deve-se destinar o percentual mínimo de 2,5% para mulheres vítimas de violência no contexto doméstico e familiar e o percentual mínimo de 1% a mulheres trans e travestis, atendendo ao disposto nos incisos II e III do parágrafo 2º do art. 3º da Resolução CNJ nº 497 de 14 de abril de 2023 e à recomendação da Gerência Nacional de Empregabilidade LGBTQIAPN+ do Ministério Público do Trabalho.

Parágrafo Oitavo: Para cumprimento do disposto no inciso XLVII desta Cláusula, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE), responsável pela política pública, fornecerá a relação de mulheres vítimas de violência doméstica que tenham autorizado expressamente a disponibilização de seus dados no programa "A Vez Delas", conforme Decreto Estadual nº 48.312/2021, para fins de participação dos processos seletivos

das vagas de trabalho.

Parágrafo Nono: As vagas serão destinadas prioritariamente a mulheres pretas e pardas.

Parágrafo Dez: A indisponibilidade de mão de obra com a qualificação necessária para atendimento do objeto contratual não caracteriza descumprimento do disposto do inciso XLVII desta Cláusula, devendo comprovar tal indisponibilidade com certidões da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE) e outras entidades que trabalham com o tema.

Parágrafo Onze: A efetiva contratação do percentual indicado nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso XLIX será exigida da CONTRATADA quando da assinatura do contrato.

Parágrafo Doze: O percentual descrito deverá ser respeitado durante toda a execução do contrato, cabendo à CONTRATANTE fiscalizar seu cumprimento.

Parágrafo Treze: Quando a aplicação do percentual resultar em número fracionário, deverá ser desconsiderada a parte fracionária, quando inferior a 0,5, e, quando igual ou superior a 0,5, este será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores(as) especialmente designados(as), na forma prevista na Lei nº 14.133/2021;
- II. Destinar local para guarda dos materiais, insumos, equipamentos, ferramentas e utensílios;
- III. Fornecer à CONTRATADA todas as informações relacionadas com o objeto deste Contrato;
- IV. Avisar a CONTRATADA quando o empregado não comparecer para o trabalho, para que seja providenciada a substituição no prazo estabelecido no inciso XVIII da Cláusula Quarta;
- V. Notificar a CONTRATADA, por escrito, por meio de correio ou e-mail, a respeito de quaisquer irregularidades constatadas na prestação dos serviços, estabelecendo, quando for o caso, prazo para a sua regularização;
- VI. Realizar negociação contratual, por ocasião da prorrogação do contrato, para a redução ou exclusão de custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos ao longo do primeiro período de vigência da contratação, sob pena de não prorrogação da vigência do contrato;
- VII. Examinar as carteiras profissionais dos empregados colocados a seu serviço, no todo ou em parte, para comprovar o registro de função profissional;
- VIII. Registrar, em relatório, as deficiências porventura existentes na prestação dos serviços, encaminhando cópia do mesmo à CONTRATADA, para a correção das irregularidades apontadas no prazo prescrito.
- IX. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, no prazo de até 01 (um) mês, a contar da data de protocolo do requerimento, admitida a prorrogação, por igual período, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, conforme art. 123 da Lei 14.133/2021.
- X. Divulgar, no respectivo portal, de forma acessível e pública, a proporcionalidade de gênero, raça e etnia de que trata os itens XLV e XLVI da Cláusula Quarta deste Instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A CONTRATADA na condição de "Co-controladora" dos dados pessoais que tiver acesso em razão do presente Contrato, obriga-se, neste ato, a cumprir as regras estabelecidas na Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018 (doravante denominada "LGPD") - e as determinações abaixo:

Parágrafo Primeiro: Cumprir de forma integral com todas as determinações da "LGPD", assegurando que o tratamento de dados pessoais será compatível com as bases legais permitidas pela referida legislação, comprometendo-se a acompanhar eventuais alterações no teor da lei ou regulamentações complementares acerca do tema.

Parágrafo Segundo: Tratar os dados de forma transparente e com respeito aos direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, respeitando todos os princípios previstos da "LGPD".

Parágrafo Terceiro: Manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que receber em razão do presente Contrato.

Parágrafo Quarto: Adotar as melhores práticas do mercado acerca da segurança da informação, além de implementar regras internas de governança, medidas técnicas, administrativas e organizacionais que garantam a inviolabilidade, confidencialidade, disponibilidade e integridades dos dados pessoais que estiverem sob sua responsabilidade.

Parágrafo Quinto: Disponibilizar à CONTRATANTE os dados e contatos do seu Encarregado de dados (DPO).

Parágrafo Sexto: Exigir de todos os seus empregados, parceiros, fornecedores, subcontratados e afins, que eventualmente compartilha dados pessoais oriundos do presente Contrato, que também adotem as mesmas regras de governança (técnicas e administrativas), de acordo com as disposições da "LGPD".

Parágrafo Sétimo: Disponibilizar aos titulares dos dados o contato e canal para recebimento de dúvidas e reclamações quanto aos direitos estabelecidos no art. 18 da "LGPD", devendo atender todas as solicitações dentro dos prazos legais.

Parágrafo Oitavo: Compromete-se a informar à Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), os titulares dos dados e à CONTRATANTE, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas ou outro prazo estabelecido pela ANPD, acerca de qualquer incidente envolvendo dados pessoais, incluindo, mas não se limitando a vazamento, destruição, perda, acesso não autorizado, alteração ou sequestro de dados, disponibilizando as informações contidas no § 1º do

Parágrafo Nono: A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável por indenizar e ressarcir a CONTRATANTE e/ou os titulares dos dados, por todo e qualquer prejuízo ocasionado em decorrência do descumprimento da "LGPD", ressalvado o direito de regresso pela CONTRATANTE, além de ser responsável pelo pagamento de eventuais multas administrativas decorrentes do descumprimento da "LGPD".

Parágrafo Dez: Eventual descumprimento aos termos da presente cláusula ou qualquer disposição prevista na "LGPD" autorizará a extinção imediata e de pleno direito do presente Contrato sem aplicação de qualquer multa ou penalidade para a CONTRATANTE e sem prejuízo da cobrança dos prejuízos eventualmente ocasionados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

I - A prestação de serviços de limpeza e conservação incluirá o fornecimento dos insumos diversos, materiais de consumo, máquinas e equipamentos necessários para a completa execução do serviço, e observará o disposto no item 2 do Anexo I deste instrumento;

II - Todos os materiais a serem empregados na execução dos serviços de limpeza de caixas d'água e gordura deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, novos, limpos, em perfeitas condições e sem nenhum defeito de fabricação;

a) A aplicação dos materiais deverá ser feita conforme indicação dos respectivos fabricantes;

b) Todo material necessário à limpeza das caixas d'água e das caixas de gordura é de responsabilidade da CONTRATADA;

III - Todos os equipamentos e ferramentas necessários à execução dos serviços de limpeza de caixas d'água e gordura, entre eles: balancim, gaiolas, andaimes, escadas, etc., deverão ser de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

Parágrafo Primeiro: Os produtos usados na limpeza e conservação de ambientes, também denominados saneantes, tais como álcool, água sanitária, detergentes, ceras, sabões em barra e em pó, saponáceos, desinfetantes, inseticidas, deverão vir acompanhados dos seguintes documentos: Registro ou Isenção de Registro ou Notificação dos Medicamentos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa/Ministério da Saúde vigente*. Serão aceitos Registros publicados no Diário Oficial da União ou obtidos pelo endereço eletrônico da Anvisa (www.anvisa.gov.br), dentro do prazo de validade.

Parágrafo Segundo: Os produtos saneantes deverão ter as seguintes informações no rótulo: nome do fabricante, CNPJ, nome e CRQ do químico responsável, número do registro na Anvisa, número do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) e país de origem da indústria. Os produtos utilizados sob a forma aerossol, solventes e esterilizantes não deverão conter substâncias agressivas à camada de ozônio na atmosfera, conforme Resolução CONAMA nº 267/2000. As esponjas deverão ser de preferência aquelas fabricadas com solvente à base d'água.

Parágrafo Terceiro: Para os produtos sabão em barra e detergentes em pó, deverá se priorizar a aquisição dos à base de coco ou isentos de fósforo e, quando inexistentes no mercado, comprovar que o teor respeita os limites máximos de concentração, conforme estabelecido no Anexo I da Resolução CONAMA nº 359/2005. A água sanitária utilizada na execução dos serviços previstos nesta contratação deve conter registro na ANVISA, em conformidade com as especificações e requisitos previstos na RDC-ANVISA nº 110, de 6 de setembro de 2016.

Parágrafo Quarto: Os aparelhos consumidores de energia necessários à realização dos serviços deverão estar regulamentados no Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), e os modelos dos bens fornecidos classificados com classe de eficiência 'A', na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), nos termos da Instrução Normativa nº 2 de 2014, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.

Parágrafo Quinto: Para equipamentos de limpeza que gerem ruído, a contratada deverá observância à Resolução CONAMA nº 20/1994, que institui o Selo Ruído como forma de indicação do nível de potência sonora, medido em decibel (db(a)), de uso obrigatório para aparelhos eletrodomésticos que gerem ruído no seu funcionamento (Portaria INMETRO/ME número 6, de 5 de janeiro de 2022).

CLÁUSULA OITAVA – DO FORNECIMENTO DE UNIFORMES

A CONTRATADA fica obrigada a fornecer para cada empregado alocado para a prestação dos serviços contratados, **anualmente**:

- I. 03 (três) calças e 03 (três) blusas em tecido e modelagem compatíveis com as atividades desempenhadas, com nome e logotipo de identificação da empresa;
- II. 01 (um) par de sapatos fechados, em couro sintético macio, na cor preta, solado de borracha macia, flexível e antiderrapante;
- III. crachá de identificação pessoal com retrato atualizado.

Parágrafo Primeiro: Os uniformes deverão ser entregues, em sua totalidade, no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos** após o início do contrato. Para comprovação do fornecimento dos uniformes, a CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE lista contendo a quantidade e descrição dos uniformes entregues, bem como recibo com assinatura do empregado alocado para a prestação dos serviços.

Parágrafo Segundo: Sempre que preciso, a CONTRATADA deverá substituir, no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos** após a notificação pela CONTRATANTE, qualquer peça do uniforme que apresentar defeito ou não tiver mais condições de ser utilizada, tendo em vista a necessidade de boa apresentação pessoal dos empregados.

Parágrafo Terceiro: Caberá à CONTRATADA providenciar para que os empregados estejam rigorosamente uniformizados, sendo obrigatório o uso de crachá de identificação pessoal com retrato atualizado.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

- I. A ocorrência de feriado, estabelecido exclusivamente pela CONTRATANTE, não implicará, necessariamente, interrupção dos serviços, reservando-se à CONTRATANTE o direito exclusivo de dispensar a prestação de serviços, mediante comunicação à CONTRATADA;
- II. O salário mensal a ser pago aos empregados alocados para o serviço não poderá ser inferior ao piso constante no respectivo Acordo Coletivo, Convenção Coletiva de Trabalho em vigor ou equivalente, obedecida a proporcionalidade nos casos em que a carga horária for inferior a 44 horas semanais.

- III. O pagamento à CONTRATADA relativo ao adicional de insalubridade no grau máximo (40% do salário mínimo) para os locais indicados nas planilhas, **se houver**, está condicionado à apresentação do laudo pericial e do respectivo comprovante de pagamento.
- IV. A inclusão de novos postos com percepção do adicional de insalubridade deverá ser devidamente comprovada através da emissão de novo PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) ou outro laudo apropriado, às expensas da CONTRATADA.
- V. Na impossibilidade de cumprimento dos prazos estabelecidos neste instrumento, caberá à CONTRATADA, **antes do término desse prazo**, solicitar prorrogação, juntando documentos que comprovem a superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato.

CLÁUSULA DEZ – DA CONTA VINCULADA

Os valores dos encargos trabalhistas, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, previstos no art. 3º da Resolução CNJ nº 651/2025, relativos aos empregados da CONTRATADA alocados para a prestação dos serviços, deverão ser mensalmente deduzidos do pagamento do valor mensal devido à CONTRATADA e depositados pela CONTRATANTE, em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, aberta especificamente para este fim.

Parágrafo Primeiro: Serão objeto do depósito tratado no caput, os valores das seguintes rubricas:

- I – férias;
- II – 1/3 constitucional;
- III – 13º salário;
- IV – multa do FGTS por dispensa sem justa causa;
- V – incidência dos encargos previdenciários sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário.

Parágrafo Segundo: Além dos valores das rubricas especificadas no parágrafo primeiro, serão também objeto de retenção e depósito pela CONTRATANTE, os valores referentes às tarifas bancárias, para abertura e manutenção da conta-depósito vinculada, nos valores estabelecidos na Tabela de Tarifas, afixadas nas agências do BANCO e disponível no endereço eletrônico na internet.

Parágrafo Terceiro: Os valores dos depósitos de que trata o caput deste artigo, efetivados exclusivamente em conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, em nome da CONTRATADA, somente poderão ser movimentados mediante autorização expressa da CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto: Os percentuais das provisões trabalhistas serão os mesmos indicados na tabela abaixo:

PERCENTUAIS PARA CONTINGENCIAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS				
Item	Risco Acidente do Trabalho			SIMPLES
	1%	2%	3%	
GRUPO A	34,80	35,80	36,80	28,00
TÍTULO				
13º SALÁRIO	8,33	8,33	8,33	8,33
FÉRIAS	8,33	8,33	8,33	8,33
ABONO DE FÉRIAS	2,78	2,78	2,78	2,78
SUBTOTAL	19,44	19,44	19,44	19,44
INCIDÊNCIA GRUPO A	6,77	6,96	7,16	5,44
MULTA FGTS	3,44	3,44	3,44	3,44
A CONTINGENCIAR	29,65	29,84	30,04	28,32

Parágrafo Quinto: O valor de tarifa de manutenção da conta vinculada deverá ser descontado do pagamento mensal devido à CONTRATADA e depositado na referida conta vinculada, juntamente com os valores elencados no parágrafo primeiro, nos termos do parágrafo segundo.

Parágrafo Sexto: Ficará a cargo da CONTRATANTE solicitar ao BANCO a abertura da conta-depósito vinculada em nome da CONTRATADA.

Parágrafo Sétimo: A CONTRATANTE comunicará à CONTRATADA o cadastramento da conta-depósito vinculada, na forma do Anexo VIII do Acordo de Cooperação Técnica nº 25/2024, firmado entre a CONTRATANTE e o BANCO, encaminhando também àquela o documento do Anexo VI do Termo de Cooperação Técnica nº 25/2024, para fins de autorização de movimentação.

Parágrafo Oitavo: A CONTRATADA deverá encaminhar ao BANCO a autorização do Anexo VI mencionada no parágrafo sétimo, o ato constitutivo da empresa, bem como os demais documentos necessários para proceder à abertura da conta, no prazo máximo de 20 (vinte) dias após a comunicação formal da CONTRATANTE.

Parágrafo Nono: Os depósitos de que trata o caput desta Cláusula serão efetuados sem prejuízo das demais retenções legais.

Parágrafo Dez: Os recursos depositados na conta-depósito vinculada serão remunerados conforme índice de correção da poupança *pro rata die*.

Parágrafo Onze: A movimentação da conta vinculada será autorizada nas seguintes hipóteses:

- I - Pagamento direto aos empregados: quando a CONTRATANTE autorizar e solicitar ao BANCO a transferência dos valores diretamente para a conta dos empregados, para quitação de encargos trabalhistas vencidos;

II - Resgate pela CONTRATADA: quando a CONTRATADA comprovar que já efetuou os pagamentos aos empregados e solicitar o reembolso correspondente.

Parágrafo Doze: Para resgatar os recursos da conta vinculada na hipótese do inciso II do parágrafo anterior, a CONTRATADA deverá apresentar à unidade competente da CONTRATANTE os documentos comprobatórios do pagamento efetivo das verbas trabalhistas e previdenciárias devidas aos empregados alocados na execução deste contrato.

Parágrafo Treze: Após a conferência dos cálculos e verificação da documentação aludida no parágrafo doze, será expedida a referida autorização, a qual deverá ser encaminhada, pelo setor competente da CONTRATANTE, ao BANCO onde tiver sido aberta a conta-depósito vinculada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da apresentação dos referidos documentos.

Parágrafo Quatorze: O BANCO deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo de 10 (dez) dias úteis, os comprovantes de depósito realizados nas contas dos beneficiários.

Parágrafo Quinze: Durante a execução do contrato poderá ocorrer liberação dos valores da conta-depósito mediante autorização da CONTRATANTE, que deverá expedir ofício ao BANCO, conforme modelo constante no Anexo IV, do Acordo de Cooperação Técnica nº 25/2024.

Parágrafo Dezesseis: Nos casos de rescisão de contrato de trabalho de empregado com mais de 1 (um) ano de serviço, a CONTRATANTE deverá requerer assistência do sindicato da categoria, quando exigível por norma coletiva, para verificar se os termos da rescisão do contrato de trabalho estão corretos.

Parágrafo Dezesete: Caso a convenção coletiva ou o sindicato exijam o pagamento antes da homologação, a CONTRATADA poderá solicitar o resgate da conta vinculada para pagamento das verbas rescisórias, devendo apresentar à CONTRATANTE, na situação consignada no inciso II do Parágrafo Onze, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do dia da transferência dos valores liberados para a conta-corrente do empregado, a documentação visada pelo sindicato e o comprovante de depósito feito na conta dos beneficiários.

CLÁUSULA ONZE – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Contrato é de **5 (cinco) anos**, iniciando-se em (.....) de de (.....) e encerrando-se em (.....) de de (.....), podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços em até 10 (dez) dias a contar do início da vigência do Contrato.

Parágrafo Segundo: Ocorrendo a prorrogação do prazo de vigência do Contrato, esta se fará por meio de Termo Aditivo.

Parágrafo Terceiro: Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

Parágrafo Quarto: Em obediência à determinação contida no Acórdão do TCU nº 1.186/2017 Plenário, em caso de prorrogação/repactuação do contrato, o percentual máximo da parcela de aviso prévio trabalhado será de 0,194%.

CLÁUSULA DOZE – DO VALOR

O valor total estimado do Contrato é de **R\$..... (.....)**, sendo:

- Valor mensal: R\$..... (.....);
- Valor de horas extras: R\$..... (.....);
- Valor dos serviços de limpeza de caixas d'água e gordura: R\$..... (.....).

Parágrafo Único: No caso de falta ou atraso sem substituição de prestador de serviço em qualquer localidade, será descontado do faturamento mensal o valor correspondente ao número de horas não trabalhadas (horas de serviço não prestado) acrescido dos respectivos encargos incidentes.

CLÁUSULA TREZE – DA RECOMPOSIÇÃO

Caso haja necessidade de **recomposição** dos valores contratados, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, será permitida a **repactuação**, e o **reajuste**, nos termos dos arts. 6º, LIX, 92, V, §§4º e 6º e 135 da Lei nº 14.133/2021, ou a **revisão**, conforme art. 124, II, do referido diploma legal.

Parágrafo Primeiro: Para fins de repactuação dos custos relativos à mão de obra, deverá ser observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data do Acordo Coletivo, Convenção Coletiva ou equivalente que tenha servido para fundamentar a proposta na qual se baseia a contratação, devendo a CONTRATADA apresentar pedido fundamentado, juntamente com Acordo Coletivo ou Convenção Coletiva devidamente **registrada** e planilha(s) de formação de preços, e, caso comprovado o direito à repactuação, os valores serão devidos a partir da data do fato que gerou o direito, observado ainda os termos do art. 135 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo: Para fins de repactuação dos custos decorrentes do mercado (insumos e materiais) deverá ser observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da última repactuação, utilizando-se a variação do IPCA/IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo.

Parágrafo Terceiro: Na repactuação, os contratantes não se vincularão às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de

trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da CONTRATADA, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

Parágrafo Quarto: O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

Parágrafo Quinto: Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

Parágrafo Sexto: O prazo máximo para resposta ao pedido de repactuação de preços será de até **60 dias**, contado da data do fornecimento, pela CONTRATADA, da documentação comprobatória completa e necessária da variação dos custos a serem repactuados.

Parágrafo Sétimo: Caso haja necessidade de revisão dos valores contratados, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato para restabelecer a relação entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE pactuada inicialmente entre as partes, a CONTRATADA deverá comprovar a configuração da álea econômica extraordinária e extracontratual, nos termos do art. 124, II, "d" da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Oitavo: Para fins do disposto no parágrafo anterior, será devida a revisão dos valores pela CONTRATANTE a partir da data da solicitação formal da CONTRATADA. Todavia, poderá haver a concessão de efeitos retroativos, desde que demonstrado inequivocamente que o motivo que deu ensejo à ruptura do equilíbrio econômico-financeiro contratual teve origem em data pretérita.

Parágrafo Nono: Considerando a reoneração gradual da folha de pagamento, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024, o preço do contrato poderá ser revisto, a pedido da CONTRATADA, após efetiva majoração das alíquotas, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Dez: O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973/2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

Parágrafo Onze: A revisão prevista no parágrafo Nono desta Cláusula, caso requerida pela CONTRATADA, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.

Parágrafo Doze: A CONTRATANTE responderá a eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 02 (dois) meses, contado da solicitação.

CLÁUSULA QUATORZE – DO PAGAMENTO

A CONTRATADA deverá apresentar a respectiva Nota Fiscal/Fatura, a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços e o pagamento será efetuado até o **15º (décimo quinto)** dia a contar do recebimento do referido documento, por meio de ordem bancária, após o ateste da prestação dos serviços pelos(as) servidores(as) designados(as) pela CONTRATANTE. **A CONTRATADA deverá emitir notas fiscais/faturas em separado para os serviços de limpeza e conservação com regime de dedicação exclusiva de mão de obra e para a prestação dos serviços de limpeza de caixas d'água e caixas de gordura.**

Parágrafo Primeiro: Durante a vigência do Contrato, a Administração adotará o Instrumento de Medição de Resultados (IMR) de acordo com os parâmetros estabelecidos na IN nº 05/2017 do MPOG, conforme Anexo III deste Contrato, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, podendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

Parágrafo Segundo: A utilização do Instrumento de Medição de Resultados não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Parágrafo Terceiro: Havendo controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a CONTRATADA será comunicada para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontestada, conforme [art. 143 da Lei nº 14.133/2021](#), para efeito de liquidação e pagamento daquela parcela no prazo previsto no caput desta Cláusula.

Parágrafo Quarto: Será observada, para efeito de pagamento, em qualquer caso, a ordem cronológica estabelecida no art. 141, incisos I a IV da Lei nº 14.133/2021, podendo ser alterada, excepcionalmente, mediante justificativa, nos casos do parágrafo primeiro, incisos I a V, daquele dispositivo legal.

Parágrafo Quinto: Em razão do recesso forense no âmbito desta Justiça Eleitoral, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei 5.010/1966, o prazo para pagamento dos serviços prestados em dezembro será contado a partir de 07 (sete) de janeiro ou do primeiro dia útil subsequente, caso a referida data não seja dia útil.

Parágrafo Sexto: Em cumprimento ao disposto na Instrução Normativa RFB nº 2110, de 19/10/2022, a CONTRATANTE reterá, mensalmente, 11% (onze por cento) do valor bruto dos serviços contidos na Nota Fiscal/Fatura, e recolherá a importância retida em nome da CONTRATADA, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Sétimo: Caso a CONTRATADA seja optante pelo SIMPLES NACIONAL deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a declaração prevista no art. 6º da Instrução Normativa nº 1.234-RFB, de 11 de janeiro de 2012, com as alterações posteriores, nos termos do Anexo IV do mesmo instrumento, assinada por seu(s) representante(s) legal (legais), em duas vias.

Parágrafo Oitavo: Caso a CONTRATADA não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa 1.234-RFB, de 11 de janeiro de 2012, com as alterações posteriores.

Parágrafo Nono: Somente serão aceitas Notas Fiscais/Faturas corretamente preenchidas e sem rasuras.

Parágrafo Dez: Com relação ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, observar-se-á o disposto na Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003, e na legislação municipal aplicável.

Parágrafo Onze: Os pagamentos serão realizados mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

Parágrafo Doze: Considerar-se-á como a data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária a favor da CONTRATADA.

Parágrafo Treze: O pagamento da Nota Fiscal/Fatura poderá ser retido no caso de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS até a sua regularização, salvo na hipótese de determinação judicial, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Parágrafo Quatorze: O CNPJ constante da Nota Fiscal/Fatura deverá ser o mesmo indicado na Proposta apresentada pela CONTRATADA e da Nota de Empenho emitida pela CONTRATANTE, sob pena de não ser efetuado o pagamento, salvo em caso de matriz e filial.

Parágrafo Quinze: Quando ocorrerem eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$I = (TX/100) / 365$
 $EM = I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e
VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA QUINZE – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes deste instrumento, no exercício de 2026, correrão à conta de dotação orçamentária na seguinte classificação:

Parágrafo Primeiro: As despesas de 2027 a 2031 correrão à conta da dotação orçamentária definida em lei específica para aquele(s) exercício(s).

Parágrafo Segundo: Será(ão) emitida(s) Nota(s) de Empenho para atender às despesas deste instrumento.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Contrato é celebrado com base na licitação realizada na modalidade Pregão Eletrônico nº, homologado pela Diretoria Geral da CONTRATANTE, nos autos do Processo nº 0011233-44.2024.6.13.8000, sujeitando-se os contratantes às normas da Lei nº 14.133/21 e do Decreto nº 9.507/2018.

Parágrafo Único: Integram o presente Contrato o Termo de Referência, a proposta da CONTRATADA e todos os atos e termos referentes ao processo da contratação..

CLÁUSULA DEZESSETE – DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE providenciará a publicação do presente Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas, no prazo de 20 (vinte) dias úteis a contar da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA DEZOITO – DAS PENALIDADES

O descumprimento das cláusulas deste Contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133/2021, observados os termos dispostos nesta Cláusula.

Parágrafo Primeiro: Em caso de descumprimento de qualquer prazo estabelecido **em dias** neste instrumento, a CONTRATADA ficará sujeita à multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor mensal do Contrato, por dia de atraso injustificado, até o período máximo de 30 (trinta) dias, a partir do qual será cobrada multa no montante de 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais.

Parágrafo Segundo: Na hipótese de descumprimento de qualquer prazo estabelecido **em horas** neste instrumento, a CONTRATADA ficará sujeita à multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor mensal do Contrato, por hora de atraso injustificado, até o limite de 7% (sete por cento) sobre o valor mensal do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais.

Parágrafo Terceiro: O inadimplemento total do objeto do contrato acarretará à CONTRATADA multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais.

Parágrafo Quarto: O inadimplemento parcial do objeto do contrato acarretará à CONTRATADA multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais.

Parágrafo Quinto: A desídia na regularização dos serviços poderá ensejar, a critério da CONTRATANTE, a extinção do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais.

Parágrafo Sexto: Caso a CONTRATADA não comprove o pagamento das verbas trabalhistas e rescisórias em até 30 (trinta) dias contados do final da contratação, ficará sujeita à multa compensatória equivalente a 20% (vinte por cento) do valor mensal da contratação.

Parágrafo Sétimo: Se o valor da multa for comprovadamente menor do que o prejuízo sofrido com o inadimplemento, poderá ser exigida indenização suplementar.

Parágrafo Oitavo : Configurada infração injustificada a qualquer outra obrigação prevista neste instrumento, fica a CONTRATADA sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais.

Parágrafo Nono: Os débitos da CONTRATADA para com a CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pela CONTRATANTE decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

Parágrafo Dez: Quando inviáveis ou insuficientes as compensações previstas no parágrafo anterior, a CONTRATADA será intimada a recolher o valor restante ou integral da multa apurada, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da intimação, sob pena de cobrança judicial, nos termos do art. 156, §8º, da Lei 14.133/2021.

Parágrafo Onze: O não pagamento da multa poderá ensejar a aplicação de penalidade mais gravosa à CONTRATADA.

Parágrafo Doze: O período de atraso será contado em horas e dias corridos, excluindo-se, no último caso, o dia do vencimento do prazo para cumprimento da obrigação e incluindo-se o dia de seu efetivo adimplemento.

Parágrafo Treze: Será considerado como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, a não assinatura da CTPS ou sua assinatura fora do prazo legalmente estabelecido, ou, ainda, a consignação, no referido documento, de data diversa daquela em que foi iniciada a prestação de serviços, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à extinção do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 156, §4º da Lei 14.133/2021.

Parágrafo Quatorze: A aplicação de penalidades depende de procedimento administrativo, garantindo-se à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Quinze: As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

CLÁUSULA DEZENOVE – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, assegurará à CONTRATANTE o direito de instaurar procedimento administrativo com vistas à extinção do Contrato, numa das formas previstas no art. 138 e com as consequências do art. 139 do mesmo diploma legal.

Parágrafo Primeiro: O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, a não assinatura da CTPS ou sua assinatura fora do prazo legalmente estabelecido, ou, ainda, a consignação, no referido documento, de data diversa daquela em que foi iniciada a prestação de serviços, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Segundo: Constitui motivo para extinção do contrato, nos termos do art. 137, inciso I, da Lei 14.133/2021, com a consequente realização de novo processo licitatório, se for o caso, a situação que se impõe à CONTRATADA a alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulta a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Pública, em cumprimento de decisão judicial.

Parágrafo Terceiro: Outras hipóteses de extinção do contrato estão apontadas nas Cláusulas Sexta, Dezoito, e Vinte.

CLÁUSULA VINTE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- I. Conforme dispõem a Constituição Federal em seu art. 195, §3º, e a Lei nº. 9.012/1995 no art. 2º, que exigem a inexistência de débito relativo às contribuições sociais para que se contrate com o Poder Público, a CONTRATADA comprovará a sua regularidade, mediante apresentação da **Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)**, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados (nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1751, de 02 de outubro de 2014), e do **Certificado de Regularidade de Situação perante o FGTS**, bem como das outras certidões apresentadas na licitação, em original ou cópia autenticada, quando não for possível confirmar a autenticidade das mesmas nos sítios oficiais dos respectivos órgãos na internet, como condição necessária para esta contratação, mantendo essa documentação sempre atualizada na vigência do presente instrumento.
- II. A prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho deverá, igualmente, ser comprovada mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos da Lei nº 12.440/2011, que inseriu o Título VII-A na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- III. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação do Contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar **empregados** que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados à CONTRATANTE, nos termos do art. 3º da Resolução nº 07, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de Justiça.
- IV. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus **sócios**, ainda que sem função gerencial, servidor, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados ao Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, em observância à Resolução CNJ nº 7/2005.

- V. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º, da Resolução nº 156, de 08/08/2012, do Conselho Nacional de Justiça.
- VI. É vedada a contratação, durante a vigência do contrato, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, **de dirigente da CONTRATANTE ou do fiscal ou gestor do contrato**, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021](#);
- VII. O modelo de Gestão deste contrato encontra-se no Termo de Referência, parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição;
- VIII. Todas as alterações no ato constitutivo da CONTRATADA deverão ser comunicadas imediatamente à CONTRATANTE.
- IX. Todas as ordens de serviço, notificações e entendimentos entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA serão feitos por escrito, nas ocasiões próprias, não sendo aceitos quaisquer entendimentos verbais.
- X. A CONTRATADA se obriga a utilizar de forma privativa e confidencial os documentos fornecidos pela CONTRATANTE para a execução dos serviços.
- XI. Será admitida a subcontratação para o serviço acessório de limpeza de caixa d'água e gordura, desde que estritamente necessária. Nesta hipótese, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- XII. A medição do serviço contratado observará, para efeito de pagamento, o quantitativo de horas trabalhadas, atentando-se para a previsão contida na Cláusula Terceira.
- XIII. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, aplicando-se o que dispõe a Lei nº 14.133/2021 e demais preceitos de direito público, outras normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, as normas e princípios gerais dos contratos.
- XIV. Observada a limitação do §1º do art. 106 da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATANTE poderá extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não se mostra vantajoso.

CLÁUSULA VINTE E UM – DO FORO

Por força do disposto no art. 109, inciso I, da Constituição Federal e no art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021, o foro da Seção Judiciária de Minas Gerais será o competente para dirimir questões resultantes do presente instrumento.

E, por estarem assim ajustadas e contratadas, assinam as partes este Contrato de forma eletrônica.

Belo Horizonte,

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
Cassiana Lopes Viana
Diretora-Geral

EMPRESA CONTRATADA
.....

ANEXO I DO CONTRATO

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

1. Serviços de conservação e limpeza

Limpar, arrumar e executar os serviços considerados necessários para a conservação, higienização e limpeza das dependências dos imóveis, com a seguinte frequência:

1.1. Diariamente:

- varrer todas as dependências dos imóveis;
- limpar, com pano úmido, todo o piso;
- remover o pó dos móveis e utensílios, incluindo espelhos, quadros, placas indicativas, aparelhos telefônicos, ventiladores, relógios, extintores de incêndio, balcões, guichês, etc.;
- lavar toda a dependência sanitária, compreendendo piso, pia, vaso, porta, metal em geral, espelhos, saboneteiras, conservando-as sempre limpas;
- abastecer os sanitários com papel-toalha, papel higiênico e sabonete líquido, quando necessário;
- remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza;
- remover todo o lixo de coletores, sempre que necessário, acondicionando-o em sacos plásticos, para entrega ao serviço de recolhimento;
- proceder à coleta seletiva dos materiais para reciclagem;

1.2. Semanalmente:

- limpar e lustrear, com material apropriado, os balcões, os pisos de mármore, de granito, de madeira, de marmorite, cerâmicos e emborrachados, quando necessário;
- limpar, com produtos adequados, as divisórias e as portas revestidas de fórmica;
- limpar as estantes e caixas de documentos do arquivo geral;
- limpar os espelhos com pano umedecido em álcool;

- e) retirar o pó e resíduos com pano úmido, dos quadros em geral;
- f) limpar e desinfetar os aparelhos telefônicos com material apropriado;
- g) executar demais serviços necessários à frequência semanal;
- h) Limpeza semanal dos vidros (esquadrias e divisórias), face interna.

1.3. Mensalmente:

- a) limpar paredes, forros e tetos;
- b) limpar luminárias e calhas elétricas.

2. Fornecimento de materiais e equipamentos

2.1. A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais de limpeza e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços de limpeza e demais atividades correlatas, em cada unidade de prestação dos serviços, conforme relação mínima descrita nos Anexos V e VI do Termo de Referência;

2.2. O não fornecimento de materiais e utensílios, caso inviabilize a prestação dos serviços de conservação e limpeza, configura inexecução contratual e resultará em glosa no pagamento mensal dos dias em que houver falta dos materiais e utensílios.

2.3. A CONTRATADA deverá manter estocado, em cada dependência da CONTRATANTE em que são prestados os serviços, material suficiente para **no mínimo 01 (um) mês**, o qual poderá ser submetido, quantitativa e qualitativamente, à inspeção de funcionário designado pela CONTRATANTE.

2.4. A relação mensal de material utilizado deverá atender à listagem mínima, constante nos Anexos V e VI do Termo de Referência, ressalvando-se os casos em que o material seja dispensado pelo Auxiliar de Fiscalização, por ser incompatível com o local/ambiente de prestação de serviços.

2.5. Fica vedada a utilização de produtos sem rótulo ou de fabricação e/ou composição não identificadas, bem como a utilização de recipientes não originais para sua diluição (tais como garrafas pet de água, refrigerantes, etc.), práticas que configurarão inadimplemento contratual, sem prejuízo das medidas legais cabíveis.

2.6. A CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos (de uso profissional) e utensílios necessários para o perfeito desempenho dos serviços de limpeza, cuja relação mínima será aquela descrita nos Anexos VI e VII do Termo de Referência, sempre que solicitados pelas unidades atendidas.

2.7. Os equipamentos mencionados no Anexo VII do Termo de Referência poderão ser substituídos, com anuência da CONTRATANTE, por outros de tecnologia mais avançada, objetivando proporcionar a execução dos serviços de forma mais eficiente e segura.

2.8. Além do equipamento mínimo descrito no Anexo VII do Termo de Referência, a CONTRATADA deverá avaliar a demanda de cada local de prestação do serviço de modo a acrescentar ou substituir algum equipamento, se acordado com a CONTRATANTE, devendo zelar para que estejam disponíveis todos os equipamentos necessários para a completa execução dos serviços.

2.9. Os equipamentos deverão ser novos ou seminovos, em perfeitas condições de uso, cuidando para que sempre estejam em quantidade, qualidade e tecnologias adequadas, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislações.

2.10. A CONTRATADA deverá identificar todas as ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE.

2.11. Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva.

2.12. O agendamento para recolhimento, quando for o caso, dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis, deverá ser feito com a anuência do Chefe do Cartório.

2.13. Os materiais e utensílios de limpeza deverão ser disponibilizados, nas quantidades estimadas, no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar do início da vigência do contrato, promovendo sua substituição sempre que necessário, mantendo-se sempre o quantitativo de material suficiente para no mínimo 01 (um) mês.

2.14. Todos os equipamentos previstos no Anexo VII do Termo de Referência deverão ser fornecidos pela CONTRATADA em até 10 (dez) dias a contar da solicitação expressa do CONTRATANTE, e deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 10 (dez) dias úteis após a comunicação formal à CONTRATADA, cuidando para que sempre estejam em quantidade, qualidade e tecnologias adequadas, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislações.

2.15. A CONTRATADA reserva-se o direito de exigir da CONTRATADA a substituição, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, dos produtos empregados que não apresentarem resultados satisfatórios ou no caso de inadequação às exigências técnicas.

3. Serviços de limpeza de caixas d'água e gordura

3.1. Serviços

Limpeza, higienização e desinfecção de reservatórios de água e caixas de gordura, conforme normas sanitárias vigentes, com fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais necessários.

Caso o serviço executado apresente vícios ou irregularidades deverá ser novamente realizado, sem implicar em custos adicionais para a CONTRATANTE.

3.2. Horários para execução dos serviços

O serviço deverá ser realizado no horário das 12 (doze) às 18 (dezoito) horas, de segunda a sexta-feira, não sendo prevista a realização de serviços em feriados ou dias não úteis, devendo as atividades ser programadas com o chefe do Cartório Eleitoral, necessitando-se de agendamento com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. O prazo será de 10 (dez) dias úteis, para início dos serviços a partir da emissão da solicitação da CONTRATANTE, podendo ser utilizado meio eletrônico para comunicação. Caso seja necessária a alteração das datas e horários agendados, será a CONTRATADA comunicada acerca das alterações respectivas.

3.3. Procedimentos a serem adotados para os serviços de limpeza, higienização e desinfecção dos reservatórios de água:

- a) Fechar antecipadamente os registros, de acordo com a dimensão do reservatório e o consumo, evitando-se o desperdício de água;
- b) Esvaziar por completo o reservatório;
- c) Escovar as paredes e o fundo usando escovas/escovões em nylon (vedado o uso de escova/escovão de aço);
- d) Enxaguar as paredes e o fundo do reservatório com jatos fortes de água;
- e) Misturar, em um recipiente limpo, água tratada e água sanitária, na proporção de um litro de hipoclorito para cada 5 litros de água;
- f) Espalhar, com uma brocha ou um pano, a solução de água sanitária e água tratada no fundo e nas paredes do reservatório;
- g) Aguardar 30 (trinta) minutos para que a solução de água sanitária e água tratada faça a perfeita desinfecção do reservatório;
- h) Lavar novamente o reservatório com um jato forte de água, deixando toda a água escorrer, de modo que o reservatório fique vazio;
- i) Abrir o registro;
- j) Acompanhar até que o abastecimento de água esteja com o fluxo normalizado.

3.4. Procedimentos para a limpeza da caixa de gordura:

- Remoção da tampa e da cesta de limpeza, se houver;
- Remoção dos resíduos sólidos com espátula ou uma colher de pedreiro para remover a gordura endurecida e outros resíduos sólidos;
- Lavar as paredes internas da caixa com água e detergente, com uma esponja ou palha de aço, para limpar a gordura e outras sujeiras;
- Enxaguar a caixa com água, certificando-se de remover todo o detergente e resíduos;
- Fechar a caixa de gordura e reinstalar a tampa.

3.5. A CONTRATADA será responsabilizada por todos os danos eventualmente ocorridos durante ou decorrente da execução dos serviços, inclusive danos em válvulas e registros, obstruções nas bombas dos reservatórios, encanamentos da rede de esgoto, caixas de gordura e caixas pluviais.

3.6. Periodicidade:

- A limpeza das caixas d'água deverá ser realizada semestralmente, cabendo à CONTRATANTE estabelecer a data, com aviso prévio de 20 (vinte) dias, antecedentes à prestação de serviço, comunicada via email.
- A limpeza das caixas de gordura deverá ser realizada anualmente, cabendo à CONTRATANTE estabelecer a data, com aviso prévio de 20 (vinte) dias, antecedentes à prestação de serviço, comunicada via email.

ANEXO II DO CONTRATO**LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E RESPECTIVOS QUANTITATIVOS E JORNADAS**

**** A DEPENDER DO ITEM ADJUDICADO ****

Item 1 - Região A									
Cartório Eleitoral	Endereço	Área Interna m²	Área Externa m²	Postos de Trabalho	Carga Horária Semanal	Serviço Extraordinário em dias úteis e sábados		Serviço Extraordinário em domingos e feriados	
						Quantidade de Horas Extras para todos os postos da localidade	Quantidade de sábado p/ cotar Vale Transporte	Quantidade de Horas Extras para todos os postos da localidade	Quantidade de domingo e feriados p/ cotar Vale Transporte
1	002ª Abre Campo	Rua Dr. Olinto de Abreu, nº129 - Bairro Centro - 35.365-000 - Casa com 10 cômodos	272	0,00	1	25		0	
2	015ª Araçuaí	Rua Montes Claros, nº 268 - Bairro Santa Tereza - 39.600-000 - Casa com 12 cômodos	205,19	274,81	1	15	0	0	
3	320ª Arinos	Rua Major Saint'Clair, nº 1.003 - Centro - 38.680-000 - Prédio com 8 cômodos	210,00	0,00	1	20	0	0	
4	045ª Bom Despacho	Rua Vigário Nicolau, nº247 - Centro - 35.600-000 - Casa com 12 cômodos	235,50	76,50	1	15	0	0	
5	329ª Bonfinópolis de Minas	Rua São José, n.º 625, Centro - 38.650-000 - Sede própria com 7 cômodos	145,82	154,20	1	15	0	0	
6	051ª Brazópolis	Rua Geraldo Felix da Mota, nº48 - Centro - 37.530-000 - Casa com 6 cômodos	194,40	45,60	1	15	0	0	
7	324ª Buritis	Rua Bahia, nº 585 - Centro - 38.660-000 - Loja com 3 cômodos	246,04	0,00	1	20	0	0	

8	058ª Camanducaia	Praça Coronel Orestes Nóbrega, nº11 - Centro - 37.650-000 - Sobrado com 8 cômodos	160,00	0,00	1	15	0		0	
9	059ª Cambuí	Rua David Bueno, nº48 - Jardim São Benedito - 37.600-000 - Loja com 3 cômodos	131,93	0,00	1	15	0		0	
10	068ª Carandaí	Rua Professor Ludgero Baeta Neves, nº104, Bairro Garça II - 36.280-000 - Casa com 11 cômodos	125,00	163,55	1	15	0		0	
11	078ª Cássia	Rua Belo Horizonte, 75 - Centro, Cássia/MG - 37.980-000 - Casa com 12 cômodos	243,46	40,00	1	15	0		0	
12	080ª Caxambu	Rua Major Penha, nº 22 - Centro - 37.440-000 - Sala com 5 cômodos	48,00	0,00	1	15	0		0	
13	300ª Cachoeira de Minas	Rua Coronel Portugal, 60-sala 03- Centro - 37.545-000 - Edificação: sala com 05 cômodos, incluindo banheiro	106,00	14,70	1	15				
14	081ª Cláudio	Rua Paraíba, nº 211 Centro - 35.530-000 - Sala	106,45	0,00	1	15	0		0	
15	089ª Conselheiro Pena	Rua Manoel Sobreiro, nº22, Bairro Estação Velha - 35.240-000 - Casa com 8 cômodos	150,00	0,00	1	15	0		0	
16	117ª Galiléia	Avenida 8 de dezembro, nº965 - Bairro Centro - 35.250-000 - Loja com 4 cômodos	85,50	0,00	1	15	0		0	
17	125ª Guaxupé	Avenida Conde Ribeiro do Vale, nº 1.130 - Centro - 37.800-000 - Loja com 5 cômodos	135,00	4,20	1	15	0		0	
18	127ª Ibiraci	Rua Tiradentes, nº 235 - Centro - 37.990-000 - Casa com 12 cômodos	200,00	100,00	1	15	0		0	
19	129ª Ipanema	Rua Felipe dos Santos, nº 252, Centro - 36.950-000 - Casa e salas	200,00	0,00	1	15	0		0	
20	133ª Itabirito	Rua Presidente Kennedy, n.º 40, Centro - 35.450-000 - Casa com 10 cômodos	170,00	80,00	1	15	0		0	

21	135ª Itamarandiba	Rua Levi Moreira Rocha, nº6 B - Centro - 39.670- 000 Loja com 5 cômodos	369,94	21,00	1	20	0		0	
22	138ª Itanhomi	Praça Matriz, nº 89 - Centro - 35.120-000 - Loja com 6 cômodos	117,49	0,00	1	15	0		0	
23	140ª Itaúna	Rua Manoel Gonçalves, nº 44 - Centro - 35.680-055 - Casa com 15 cômodos	185,00	63,34	1	15	0		0	
24	144ª Jacinto	Avenida Pref. Antônio Quaresma, nº583, Centro - 39.930-000 - Prédio comercial com 10 cômodos	209,00	0,00	1	15	0		0	
25	339ª Jequeri	Rua Major Olimpio Soares, nº16, Centro - 35.390-000 - Casa com 15 cômodos	112,50	201,90	1	15	0		0	
26	151ª João Pinheiro	Rua Capitão Sancho, nº 615 - Centro - 38.770-000 - Casa com 9 cômodos	140,00	144,00	1	15	0		0	
27	169ª Mantena	Rua Cabo Leôncio, nº102 - Centro - 35.290- 000 - Casa	189,00	0,00	1	15	0		0	
28	177ª Minas Novas	Rua Santana, nº 219 - Centro - 39.650-000 - Loja com 6 cômodos	172,00	0,00	1	20	0		0	
29	183ª Monte São	Avenida Águas de Lindoia, nº 521- Bairro Jardim Novo Horizonte - 37.580-000 - Prédio com 11 cômodos	459,65	13,00	1	25	0		0	
30	188ª Mutum	Rua Artur Lobato, nº118, Centro - 36.955- 000 - Casa com 13 cômodos	193,72	25,00	1	15	0		0	
31	189ª Muzambinho	Rua Aparecida, nº 130 - Centro - 37.890-000 - Casa com 12 cômodos	153,97	480,83	1	15	0		0	
32	202ª Pará de Minas	Rua Francisco Sales, nº08, Centro - 35.660- 017 - Loja com 4 cômodos	220,00	12,00	1	15	0		0	
33	203ª Paracatu	Rua Tupis, nº172 - Bairro Amoreiras - 38.600-440 - Casa com 14 cômodos	285,27	87,60	1	15	0		0	
34	212ª Peçanha	Rua Pedro Vieira Braga, nº51, loja 04, Centro - 39.700-000 - Loja com 4 cômodos	160,00	0,00	1	15	0		0	

35	232ª Resende Costa	Rua Dr. Abeilard, n.º 106, Centro - 36.340-000 - Loja com 6 cômodos	210,00	16,00	1	15	0		0	
36	233ª Resplendor	Rua Morais de Carvalho, nº474, Centro - 35.230-000 - Sala com 2 cômodos	39,00	9,00	1	15	0		0	
37	294ª Rio Vermelho	Rua Bernardino Carvalhais, nº 179 - Centro - 39.170-000 - Loja com 3 cômodos	100,00	9,00	1	15	0		0	
38	242ª Sabinópolis	Rua Major José Candido de Pinho, nº36, Centro - 39.750-000 - Sala com 2 cômodos	106,00	0,00	1	15	0		0	
39	247ª Santa Maria do Suaçuí	Rua Deputado Nacip Raydan, nº146, Centro - 39.780-000 - Loja com 5 cômodos	120,00	0,00	1	20	0		0	
40	257ª São João Evangelista	Rua Coronel Antônio Borges do Amaral, nº525 - Bairro Centro - 39.705-000 - Loja com 4 cômodos	116,20	0,00	1	15	0		0	
41	280ª Unaí	Rua Professor Olímpio Gonzaga, nº220 - Centro - 38.610-000 - Sala com 8 cômodos	164,00	0,00	1	20	0		0	
42	295ª Vazante	Avenida Castelo Branco, nº250 - Bairro Independência - 38.780-000 - Uma sala sem banheiro	70,00	6,00	1	15	0		0	
43	283ª Virginópolis	Rua Francisco Dias, nº 125 - Loja 1 - Centro - 39.730-000 - Loja com 7 cômodos	252,00	10,00	1	15	0		0	
44	276ª, 277ª, 326ª, 347ª e CAE Uberaba	Rua Doutor Borges, nº97, Centro - 38.015-020	1.712,39	1.120,00	3	40	149	18	384	48
45	240ª Rio Preto	Rua Ramalho Pinto, 60 - Centro	145	0,00	1	15				
46	143ª Jaboticatubas	Av. Benedito Quintino, nº 240, Centro -	96	57	1	15				
47	336ª Turmalina	Rua Josina Antunes, 126/130 Bairro Campo	97,6	0	1	15				

Item 2 - Região B

						Serviço Extraordinário em dias úteis e sábados	Serviço Extraordinário em domingos e feriados

Cartório Eleitoral		Endereço	Área Interna m²	Área Externa m²	Postos de Trabalho	Carga Horária Semanal	Quantidade de Horas Extras para todos os postos da localidade	Quantidade de sábado p/ cotar Vale Transporte	Quantidade de Horas Extras para todos os postos da localidade	Quantidade de domingo e feriados p/ cotar Vale Transporte
1	281ª Varginha	Rua Coronel José Alves, nº 170 - Vila Pinto - 37.010-540 - Casa com 23 cômodos	571,40	158,60	1	30	105	18	144	24
2	134ª Itajubá	Rua Antônio Simão Mauad, nº 137 e 141 - Centro - 37.500-180 - Sala Comercial com 6 cômodos	108,08	0,00	1	15	0		0	
3	160ª Lavras	Avenida Ernesto Matioli, nº1171 - Bairro Jardim Bela Vista - 37.200-000 - Loca com 11 ambientes	395,63	40,00	1	25	0		0	
4	227ª Pouso Alegre	Avenida Prefeito Olavo Gomes de Oliveira, nº2910, Bairro Residencial Santa Rita - 37.550-000 - Loja/Apartamento com 14 cômodos	304,33	50,00	1	20	0		0	
5	272ª Três Corações	Rua Pedro Bonésio, nº371, Centro - 37.410-000 - Casa com 12 cômodos	180,00	120,00	1	15	0		0	
6	006ª Aiuruoca	Rua Coronel Oswald, 110, Centro - 37.450-000 - Loja com 4 cômodos	60,78	15,08	1	15	0		0	
7	008ª Alfenas	Avenida Afonso Pena, nº 448 - Centro - 37.130-183 - Loja com 5 cômodos	150,00	0,00	1	15	0		0	
8	010ª Alpinópolis	Praça José de Carvalho Faria, nº 144 - Bairro Rosário 37.940-000 - Loja com 6 cômodos	62,22	0,00	1	15	0		0	
9	013ª Andradas	Rua Otávio Teixeira Barbosa, 51, Centro, Casa com 7 cômodos	149,71	138,29	1	15	0		0	
10	014ª Andrelândia	Praça Manoel Teodoro, nº41, Bairro Rosário - 37.300-000 - Loja com 5 cômodos	152,22	0,00	1	15	0		0	
11	019ª Areado	Rua João Duarte, 106, Centro - 37.140-000 - Sub-solo do prédio 6 cômodos	88,00	25,00	1	15	0		0	
12	043ª Boa Esperança	Praça Coronel Neves, nº 491/493, Centro - 37.170-000 - Loja com 6 cômodos	100,00	0,00	1	15	0		0	
13	046ª Bom Sucesso	Rua Antônio Carlos de Carvalho, nº72, Bairro São José - 37.220-000 - Loja com 4 cômodos	209,59	52,46	1	15	0		0	
14	296ª Candeias	Rua João Caetano de Faria, nº366, Centro - 37.280-000 - Loja com 6 cômodos	203,33	12,00	1	15	0		0	
15	077ª Carmo do Rio Claro	Rua Capitão João Evaristo, nº 239 - Bairro Jardim América - 37.150-000 - Loja com 3 cômodos	70,00	15,00	1	15	0		0	
16	099ª Cristina	Praça Santo Antônio, n.º 15, Centro - 37.476-000 - Loja com 4 cômodos	83,75	70,00	1	15	0		0	
17	346ª Cruzília	Avenida José Mário dos Reis Meireles, nº 150 - Jardim Imperial - 37.445-000 - Loja com 11 cômodos	320,60	28,65	1	20	0		0	
18	112ª Extrema	Rua Tiradentes, nº 175 - Centro - 37.640-000 - Casa com 9 cômodos	150,00	0,00	1	15	0		0	
19	122ª Guapé	Rua Dona Leopoldina Maia, nº464 - Centro - 37.177-000 - Casa com 8 cômodos	151,56	0,00	1	15	0		0	
20	306ª Itamonte	Avenida Campos Elíseos, nº191, Centro - 37.466-000 - Casa com 10 cômodos internos e 2 externos	339,00	200,00	1	25	0		0	

21	137ª Itanhandu	Rua Professor Brito, nº 365 - Centro - 37.464-000 - Casa com 10 cômodos	146,00	0,00	1	15	0		0	
22	159ª Lambari	Rua José Horton de Moraes - nº 335.	196,60	0,00	1	20	0		0	
23	164ª Machado	Rua Irmão Arnaldo Isidoro, nº39, Centro - 37.750-000 - Casa com 9 cômodos	98,00	45,00	1	15	0		0	
24	182ª Monte Santo de Minas	Rua Dr. Pedro Paulino da Costa, nº 527-A - Centro - 37.968-000 - Casa com 13 cômodos	130,00	13,68	1	15	0		0	
25	192ª Nepomuceno	Avenida Monsenhor Luiz Gonzaga, nº432/434, Centro - 37.250-000 - Loja com 4 cômodos	96,00	0,00	1	15	0		0	
26	199ª Ouro Fino	Avenida Barão do Rio Branco, nº168, Centro - 37.570-000 - Casa com 11 cômodos	138,63	59,37	1	15	0		0	
27	205ª Paraisópolis	Rua Bueno de Paiva, nº 250, Centro - 37.660-000 - Casa de 8 cômodos	200,00	5,00	1	15	0		0	
28	216ª Perdões	Rua Governador Valadares, nº228, Centro - 37.260-000 - Loja com 4 cômodos	123,40	0,00	1	15	0		0	
29	220ª Piumhi	Rua Coronel Ramiro Júlio Ferreira,237 - Centro - 37.925-000 - Edificação: casa com 16 cômodos, incluindo banheiro.	216,25	123,25	1	15				
30	293ª Pratápolis	Praça Castorino de Souza, 364 - Centro - 37.970-000 - Casa com 10 cômodos	172,00	40,00	1	20	0		0	
31	248ª Santa Rita do Sapucaí	Avenida Sinhá Moreira, 270, Centro - 37.540-000 - Loja com 8 cômodos	159,39	22,59	1	15	0		0	
32	253ª São Gonçalo do Sapucaí	Rua João Junqueira Meireles, nº84, Centro - 37.490-000 - Loja com três cômodos	110,00	0,00	1	15	0		0	
33	260ª São Sebastião do Paraíso	Rua Dr. Delfim Moreira, n.º 1146, Centro - 37.950-000 - Casa com 20 cômodos	372,07	254,93	1	20	0		0	
34	273ª Três Pontas	Rua Santana, nº 4, Centro - 37.190-000 - Loja	250,00	0,00	1	15	0		0	
35	222ª e 350ª Poços Caldas	Rua São Paulo, nº653 - Centro - 37.701-012 - Prédio com 33 cômodos	753,10	50,00	2	1 posto com 40 1 posto com 15	87	11	132	16
36	259ª São Lourenço	Rua Ribeiro da Luz, nº 707 - Centro - 37.470-000 - Casa com 11 cômodos	282,05	0,00	1	20	0		0	
37	65ª Campos Gerais	Praça Josino de Brito, nº 262 - Centro	80,00	27,00	1	15	0			
38	114ª Formiga	Rua José Premilo Montolli, nº 64 - Centro	271,41	-	1	20	0			
39	343ª Itumirim	Rua Presidente Bernardes, nº 77- Niterói	260	-	1	15	0		0	
40	61ª Campanha	Rua Vital Brasil, 2, Centro	216,40	-	1	15	0		0	

Item 3 - Região C									
Cartório			Área	Área	Postos	Carga	Serviço Extraordinário em dias úteis e sábados		Serviço Extraordinário em domingos e feriados

Eleitoral		Endereço	Interna m²	Externa m²	de Trabalho	Horária Semanal	Quantidade de Horas Extras para todos os postos da localidade	Quantidade de sábado p/ cotar Vale Transporte	Quantidade de Horas Extras para todos os postos da localidade	Quantidade de domingo e feriados p/ cotar Vale Transporte
1	023ª, 024ª e 025ª Barbacena	Rua Dr. Jaime do Rego Macedo, nº41, Centro - 36.200-032 - Prédio com 34 cômodos	447,50	0,00	1	40	93	12	188	23
2	167ª Manhuaçu	Rua Amaral Franco, nº 261 - Centro - 36.900-000 - Edifício 3 pavimentos com 16 cômodos	714,00	480,00	1	40	105	13	147	18
3	011ª Alto Rio Doce	Praça Dr. Miguel Batista Vieira, s/nº - Centro - 36.260-000 - Sala	27,73	0,00	1	15	0		0	
4	042ª Bicas	Rua Coronel Souza, 111, loja comercial nº 101/04, Centro	224,38	3,00	1	25	0		0	
5	069ª Carangola	Rua Caparaó nº 154 - Centro 36.800-000 - Casa com 12 cômodos	303,50	122,13	1	20	0		0	
6	070ª Divino	Rua Dr. Nelson Meireles, 177, Centro - 36.820-000- casa com 9 cômodos	190,41	15,00	1	20	0		0	
7	303ª Espera Feliz	Rua Fioravante Padula, nº03 - Centro - 36.830-000 - Casa com 8 cômodos	240,00	30,00	1	15	0		0	
8	111ª Eugenópolis	Praça João XXIII, nº 99 - Centro - 36.855-000 - Casa com 8 cômodos	105,70	90,00	1	15	0		0	
9	158ª Lajinha	Rua Dr. Sdney Hubner F. Camargo, nº127, Centro - 36.980-000 - Loja com 5 cômodos	85,50	7,00	1	20	0		0	
10	162ª Lima Duarte	Praça Juscelino Kubtscheck, nº124 - Bairro Centro - 36.140-000 - Casa com 9 cômodos	107,42	0,00	1	15	0		0	
11	170ª Mar de Espanha	Rua Estevão Pinto, nº56 - Bairro Centro - 36.640-000 - Loja com 9 cômodos	178,53	14,94	1	30	0		0	
12	173ª Matias Barbosa	Rua Governador Valadares, nº730/02 - Bairro Centro - 36.120-000 - Casa com 7 cômodos	81,00	72,00	1	15	0		0	
13	228ª Prados	Rua das Acácias, 16, Bairro Buganvílias, 36.320-000	241,14	0,00	1	20	0		0	
14	235ª Rio Novo	Rua Dr. Basílio Furtado, nº70 - salas 12, 13 e 14 - Centro - 36.150-000 - Sala com 3 cômodos	58,50	0,00	1	15	0		0	
15	239ª Rio Pomba	Rua Geraldo Marini, n.º 09, Centro - 36.180-000	220,00	0,00	1	15	0		0	
16	250ª Santos Dumont	Avenida Rui Barbosa, nº422, Lj 1, Centro - 36.240-000 - Loja com 7 cômodos	124,00	25,00	1	15	0		0	
17	328ª São João Del Rei	Rua Ministro Gabriel Passos, 255 - Centro - 36.307-330 - Edificação: casa com 13 cômodos	161,00	24,00	1	15				
18	258ª São João Nepomuceno	Rua Capitão Braz, n.º 107, Centro - 36.680-000 - Casa com 7 cômodos	179,00	15,00	1	15	0		0	
19	152ª, 153ª, 315ª e 349ª Juiz de Fora	Avenida Pres. Itamar Franco, nº1418/1420 - Centro - 36.016-320 - Edifício (térreo/sobreloja e 5º andar) com 18 cômodos	733,24	26,00	2	40 + Insalubridade para 1 posto	0		0	

20	275ª Ubá	Avenida Governador Valadares, nº786, Centro - 36.500-000 - Casa com 12 cômodos	279,00	0,00	1	30	72	12	137	22
21	007ª Além Paraíba	Rua Aristóteles Lobo, nº 75 - Bairro Saúde/São José - 36.660-000 - Casa com 9 cômodos	103,00	109,70	1	15	0		0	
22	079ª Cataguases	Rua Doutor Lobo Filho, nº155 - Centro - 36.770-006 - Casa com 14 cômodos	180,00	12,50	1	15	0		0	
23	161ª Leopoldina	Rua Padre Júlio, nº 45 - Centro - 36.700-000 - Casa com 15 cômodos	198,09	128,58	1	25	0		0	
24	187ª Muriaé	Rua Paulo Pacheco de Medeiros, nº63 - Centro - 36.880-000 - Casa com 15 cômodos	333,00	0,00	1	20	0		0	
25	284ª Visconde do Rio Branco	Travessa Zenon Drumond, nº26, Centro - 36.520-000 - Casa com 7 cômodos	139,00	70,00	1	15	0		0	
26	224ª e 225ª Ponte Nova	Avenida Francisco Vieira Martins, nº400, Bairro Palmeiras - 35.430-225	275,00	30,00	1	30	112	19	144	24
27	200ª Ouro Preto	Praça Reinaldo Alves de Brito, nº38 - Centro - 35.400-000 - Sala com 9 cômodos	170,00	0,00	1	15	0		0	
28	085ª Congonhas	Rua José Júlio da Silva, nº 19, Matriz - Centro	208,00	400,00	1	15	0		0	
29	338ª Belo Vale	Rua Tupinambás, nº44 Centro - 35.473-000 - Casa com 8 cômodos	95,00	0,00	1	15	0		0	
30	087ª e 088ª Conselheiro Lafaiete	Rua Narciso Júnior, 343 - Bairro Campo Alegre, Conselheiro Lafaiete/MG - 36.400-114 - Casa com 13 cômodos	270,82	30,00	1	25	0		0	
31	106ª Entre Rios de Minas	Rua Lagoa Dourada, nº268 - Centro -35.490-000 - Casa com 8 cômodos	142,80	0,00	1	15	0		0	
32	168ª Manhumirim	Avenida JK, nº454 - Bairro Cidade Jardim - 36.970-000 - Prédio com várias salas	500,00	100,00	1	25	0		0	
33	217ª Piranga	Rua Santa Efigênia, nº272, Centro -36.480-000 - Anexo ao Fórum com 4 cômodos	56,88	0,00	1	15	0		0	
34	234ª Rio Casca	Avenida Getúlio Vargas, 69, Bairro Centro - 35.370-000 - Sala com 1 cômodo	39,50	0,00	1	15	0		0	
35	282ª Viçosa	Rua Gomes Barbosa, n.º 865, sala 210, Fórum do TJ/MG, Centro - 36.570-000 - Sala com 4 cômodos	60,60	0,00	1	15	0		0	
36	107ª Ervália	Rua Capitão Américo Taveira, nº189 / LJ 01 - Bairro centro - 36.555-000 - Loja com 8 cômodos	131,82	12,00	1	15	0		0	
37	231ª Raul Soares	Rua Belchior, nº260 Centro - 35.350-000 - Casa	154,00	96,00	1	15	0		0	
38	268ª Teixeiras	Praça Arthur Bernardes, n.º 128, Centro - 36.580-000 Loja com 6 cômodos	170,40	0,00	1	15	0		0	
39	261ª Senador Firmino	Rua Manoel de Oliveira Fernandes, 20, Centro	122,00	0,00	1	15				
40	201ª Palmas	Praça Getúlio Vargas nº 52, centro	150,20	140,70	1	15				

* Em anos eleitorais, poderá haver, para os Cartórios Eleitorais de Juiz de Fora, a realização dos serviços aos finais de semana, conforme a demanda do Cartório Eleitoral, sem, contudo, ser alterada a carga horária semanal. Para tanto, deverá ser feito planejamento de uma escala de revezamento com os postos de trabalho, de modo que, quando houver trabalho em domingo e feriado, deverá ser concedido, na mesma semana, um outro dia de descanso.

ITEM 4: REGIÃO D

Cartório Eleitoral		Endereço	Área Interna m²	Área Externa m²	Postos de Trabalho	Carga Horária Semanal	Serviço Extraordinário em dias úteis e sábados		Serviço Extraordinário em domingos e feriados	
							Quantidade de Horas Extras para todos os postos da localidade	Quantidade de sábado p/ cotar Vale Transporte	Quantidade de Horas Extras para todos os postos da localidade	Quantidade de domingo e feriados p/ cotar Vale Transporte
1	016ª Araguari	Rua Dr. Afrânio, nº124, Centro - 38.440-072 - Loja com 9 cômodos	375,00		1	25				
2	327ª Campos Altos	Rua João Soares de Souza, nº 730 - Bairro Centro - 38.970-000 - Loja com 4 cômodos	97,64		1	15				
3	302ª Capinópolis	Rua 98, nº 843, Bairro Semírames - Casa com 14 cômodos	195		1	15				
4	076ª Carmo do Paranaíba	Rua Prefeito João Luiz de Carvalho, nº641 - Bairro Rosário - 38.840.000 - Casa com 11 cômodos	172,90		1	15				
5	096ª Coromandel	Rua Arthur Bernardes, nº12 - Bairro Centro - 38.550-000 - Casa com 14 cômodos	500,00	100,00	1	25				
6	110ª Estrela do Sul	Rua José Martins Vieira, n.º 39, Bairro Barro Branco - 38.525-000 - Casa com 13 cômodos	217,00	33,00	1	15				
7	126ª Ibiá	Avenida Doutor Carlos Fulgêncio, nº 440 - Bairro Santa Cruz - 38.950-000 - Loja com 4 cômodos	115,00	23,00	1	15				

8	297ª Itapagipe	Avenida 06, nº 335 - Bairro Centro - 38240-000 - Sala com 10 cômodos	177,45	135,50	1	15				
9	141ª Ituiutaba	Rua 24, nº 678 - Centro - 38.300-078 - Casa com 18 cômodos	248,00	185,00	1	20				
10	142ª Iturama	Avenida Campina Verde, nº759 - Centro - 38.280-000 - Casa com 6 cômodos	220,00		1	20				
11	179ª Monte Alegre de Minas	Avenida Virgílio de Alvim, nº135 - Centro - 38.475-000 - Casa com 8 cômodos	61,00	10,00	1	15				
12	181ª Monte Carmelo	Rua Tito Fulgêncio, nº199 - Bairro Centro - 38.500-000 - Galeria comercial com 9 cômodos	208,23		1	15				
13	340ª Nova Ponte	Rua Jerônimo Carneiro, nº 584 - Grande Lago - 38.160-000 - Prédio com 9 cômodos	260,00	200,00	1	15				
14	229ª Prata	Rua Job Ferreira Macedo, nº 45 - Bairro Esperança - 38.140-000 - Sala com 10 cômodos	344,00	293,00	1	20				
15	308ª Santa Vitória	Rua Jerônimo Teodoro, nº 49 - Bairro Centro - 38.320-000 - Sala com 7 cômodos	132,53	392,47	1	15				
16	254ª São Gotardo	Rua Tiradentes, nº 135 - Centro - 38.800-000 - Casa com 13 cômodos	258,55	61,45	1	15				

17	274ª Tupaciguara	Rua Olegário Maciel, nº6 - Centro - 38.430-000 - Casa com 6 cômodos	108,96	25,44	1	15				
18	017ª Araxá	Avenida João Paulo II, nº1770, Bairro Guilherme Vieira Chaer - 38.184-018 Prédio com 14 cômodos	480,00	200,00	1	25				
19	018ª Arcos	Rua Vereador João Veloso, nº 115 - Centro - 35.588-000 - Casa com 14 cômodos	430,00	77,00	1	25				
20	156ª Lagoa da Prata	Avenida Getúlio Vargas, nº526 B, Centro - 35.590-000 - Loja com 11 cômodos	191,50	9,62	1	15				
21	298ª Nova Serrana	Rua Vereador Jésus Martins, n.º 86, Centro - 35.520- 084 - Casa com 8 cômodos	84,60	43,40	1	25				
22	197ª Oliveira	Avenida Maracanã, nº410, Centro - 35.540-000 - Loja com 4 cômodos	146,45		1	15				
23	249ª Santo Antônio do Monte	Praça Benedito Valadares, nº64 - Centro - 35.560-000 - Pédio de pavimento único, 7 cômodos	130,00	9,00	1	15				
24	021ª Bambuí	Avenida Armando Franco, 186 - salas 36,38 e 40 - Centro - 38.900-000 - Sala com 7 cômodos	131,00		1	15				
25	047ª Bonfim	Praça José de Freitas Marques, nº145, Centro 35.521-000 - Loja com 4 cômodos	150,00	20,00	1	15				

26	104ª Dorés do Indaiá	Praça Getúlio Vargas, nº183 A, Centro - 35.610-000 - Sala com 3 cômodos	98,00	6,00	1	15				
27	139ª Itapeçerica	Rua Antônio Ribeiro de Avelar, n.º 149, loja 03, Bairro Oliveira Moraes - 35.550-000 - Loja com 6 cômodos	105,60		1	15				
28	208ª Passa Tempo	Praça Francisco Sales, nº26, Centro - 35.537-000 - Casa com 8 cômodos	80,00	15,00	1	15				
29	219ª Pitangui	Rua Dr. Jacinto Alvares, nº9 Centro - 35.650-000 - Sala com 4 cômodos	78,00		1	15				
30	116ª Frutal	Praça Sete de Setembro, nº200, Centro - 38.200-000 - Sala com 6 cômodos	91,20		1	15				
31	210ª e 330ª Patos de Minas	Rua Olegário Maciel, nº 230 - 8º Andar - Centro - 38.700-122 - Sala com 13 cômodos	690,12	5m2	2	30				
32	082ª Conceição das Alagoas	Rua João Nunes, nº 345-A - Centro - 38.120-000 - Casa com 7 cômodos	86,13	17,20	1	15				
33	243ª Sacramento	Rua Silva Jardim, nº04, Bairro Centro, 38.190-000 - Casa com 9 cômodos	181,06	37,30	1	15				
34	278ª, 279ª, 299ª, 314ª, 335ª e CAE Uberlândia	Avenida Vasconcelos Costa, nº1646 - Osvaldo Rezende - 38.400-452 - Galpão com 33 cômodos	2.134,97	2.285,60	2	40	96	12	192	24

35	163ª Luz	Rua Vigário Parreiras, 1090, Centro	102,7	34,2	1	15				
----	----------	-------------------------------------	-------	------	---	----	--	--	--	--

ITEM 5 - REGIÃO E

Cartório Eleitoral		Endereço	Área Interna m²	Área Externa m²	Postos de Trabalho	Carga Horária Semanal	Serviço Extraordinário em dias úteis e sábados		Serviço Extraordinário em domingos e feriados	
							Quantidade de Horas Extras para todos os postos da localidade	Quantidade de sábado p/ cotar Vale Transporte	Quantidade de Horas Extras para todos os postos da localidade	Quantidade de domingo e feriados p/ cotar Vale Transporte
1	095ª Corinto	Rua Celestino Andrade, nº90, Centro - 39.200-000 - Loja com seis cômodos	114,19		1	15				
2	001ª Abaeté	Avenida Simão da Cunha, nº295 - Centro - 35.620-000 - Loja com 4 cômodos	65,87		1	15				
3	083ª Conceição do Mato Dentro	Rua Farmacêutico Orlando Guerra, nº 96 - Centro - 38.860-000 - Loja com 7 cômodos	152,00		1	15				
4	100ª Curvelo	Rua Xavier Rolim, nº 100 - Centro - 35.790-000 - Loja com 3 cômodos	285,00		1	20				
5	101ª Diamantina	Rua Macau de Baixo, 310- Centro - 39.100-000 - Loja com 11 cômodos	400,00	200,00	1	20				
6	223ª Pompéu	Rua Félix Dias, nº131, Centro - 35.640-000 - Sala com 6 cômodos	95,00	40,00	1	15				
7	309ª Três Marias	Avenida Getúlio Vargas nº 155 - Bairro Parque Diadorim - 39.205-000 - Sala no Fórum local	31,44		1	15				
8	044ª Bocaiúva	Rua Celestino, nº67 - Centro - 39.390-000 - Casa com 7 cômodos	105,40	40,00	1	15				
9	147ª Janaúba	Rua Cel. Ramiro Pereira, n.º 225, Centro - 39.440-000 - Loja com 5 cômodos	300,00		1	20				
10	148ª Januária	Rua São Vicente de Paulo, nº 50 - Centro - 39.480-000 - Salão com 15 cômodos	263,22	80,00	1	15				
11	218ª Pirapora	Avenida Tiradentes, nº300 - Centro - 39.270-000 - Sala e Galpão com 6 cômodos	209,12		1	20				
12	050ª Brasília de Minas	Avenida Rui Barbosa, n.º 356, Centro - 39.330-000 - Casa com 11 cômodos	151,00	70,00	1	15				
13	094ª Coração de Jesus	Rua Francisco Antunes Ferreira, nº 1.260, Centro - 39.340-000	220,00		1	25				
14	109ª Espinosa	Avenida Dr. Jose Cangussu, nº148 - Centro - 39.510-000 - Casa com 12 cômodos	176,00	74,00	1	15				

15	115ª Francisco Sá	Rua João Catulino de Andrade,nº546 - Centro - 39.580-000 - Casa com 20 cômodos	465,00	20,00	1	15				
16	120ª Grão Mogol	Rua Sargento Coelho, nº 145 - Centro - 39.570-000 - casa com 6 cômodos	93,93	70,00	1	15				
17	342ª Montalvânia	Avenida Confúcio, 1.631, Loja 01 - Centro - 39.495-000 - Loja com 6 cômodos	147,79		1	15				
18	180ª Monte Azul	Alameda Antonio de Oliveira Neto, nº295 - Bairro Esplanada - 39.500-000 - Sala com 1 cômodo	41,90		1	15				
19	237ª Rio Pardo de Minas	Praça Doutor Benedito Valadares, nº 220 - Centro - 39.530-000 - Casa com 13 cômodos	165,00	640,00	1	15				
20	252ª São Francisco	Rua Silva Jardim, nº436 - Bairro Centro - 39.300-00 - Loja com 7 Cômodos	147,62	11,48	1	20				
21	255ª São João da Ponte	Rua 31 de Dezembro, nº 308 - Centro - 39.430-000 - Casa com 11 cômodos	126,00	26,00	1	15				
22	285ª São Romão	Avenida Newton Gonçalves Pereira, nº 387 - Bairro Centro - 39.290-000 - Sala de 1 Cômodo	160		1	20				
23	266ª Taiobeiras	Rua dos Pereiras, nº365 - Centro - 39.550-000 - Galpão com 3 cômodos	137,99		1	15				
24	102ª e 103ª Divinópolis	Rua Pernambuco, nº299 - Centro - 35.500-008 Casa com 17 cômodos	382,91	245,32	1	40	87	11	132	17
25	056ª Caeté	Avenida Jair Dantas, nº216,Bairro José Brandão - 34.800-000 - Casa com 6 cômodos	156,75	48,84	1	15				
26	108ª Esmeraldas	Rua Quintiliano José da Silva, nº55 - Centro - 35.740-000 - Loja com 5 cômodos	130,00	10,00	1	15				
27	132ª Itabira	Rua Padre Ângelo, nº 38 - Bairro Pará - 35.900-491 - Loja com 5 cômodos	157,00		1	20				
28	184ª, 185ª, 317ª, 325ª e CAE Montes Claros	Cartórios na Rua João Souto, nº670 e 764 (184ª ZE), Centro - 39.400-081 - Casa com 21 cômodos	ZE 430,00 CAE 340,00	ZE 100,00 CAE 40,00	2	40	96	12	183	22
29	263ª, 264ª e 322ª Sete Lagoas	Avenida Raque Teixeira Viana, nº648, Canaã - 35.700-293 - Loja com 22 cômodos	819,90	47,97	1	40	93	12	188	23
30	206ª Paraopeba	Alameda das Bouganvilhas, 77-A, Bairro Jardim Clara Nunes - 35.774-000 - Loja com 7 cômodos	161,50	154,00	1	15				
31	311ª Vespasiano	Rua João Barbosa da Fonseca, nº 58 - Centro - 33.200-000 - Loja com 21 cômodos	322,08	178,42	1	30				

32	63ª Jaiba	Rua Amandito José de Carvalho, nº 47, no Centro Comunitário	50		1	25				
33	262ª Serro	Praça Floriano Peixoto, nº 66, Centro	200		1	15				
34	310ª Várzea da Palma	Rua Aarão Reis, nº 1.715 - Centro	209,78	15,69	1	15				
35	215ª Pedro Leopoldo	Rua Coronel Cândido Viana, nº 220 - Centro	181,07	49,1	1	15				

ITEM 6 - REGIÃO F										
Cartório Eleitoral		Endereço	Área Interna m²	Área Externa m²	Postos de Trabalho	Carga Horária Semanal	Serviço Extraordinário em dias úteis e sábados		Serviço Extraordinário em domingos e feriados	
							Quantidade de Horas Extras para todos os postos da localidade	Quantidade de sábado p/ cotar Vale Transporte	Quantidade de Horas Extras para todos os postos da localidade	Quantidade de domingo e feriados p/ cotar Vale Transporte
1	071ª e 72ª Caratinga	Avenida Presidente Tancredo Neves, 135 - Centro - Loja com 14 cômodos	269,00	188,00	1	25 + Insalubridade				
2	097ª Coronel Fabriciano	Rua Pedri Nolasco, nº506, Centro - 35.170-300 - Casa com 13 cômodos	162,34	151,62	1	15				
3	128ª Inhapim	Rua Coronel Antônio Fernandes, nº 92 - Bairro Centro - 35.330-000 - Loja com 4 cômodos	164,85		1	15				
4	098ª Timóteo	Rua Maria Aparecida Martins Prado, nº 08, Bairro Vila dos Técnicos - 35.180-056 - Casa com 3 cômodos	293,00	749,00	1	25				
5	003ª Açucena	Rua Demerval Pimenta, nº90, Centro - 35.147-000 - Salão Comercial com 3 cômodos	87,63		1	15				
6	121ª Guanhães	Avenida Alberto Caldeira, nº 20 Fundos - Centro 39.740-000 - Teatro com 6 cômodos	150,00	24,58	1	15				
7	267ª Tarumirim	Avenida Cunha, nº 11 - Centro - 35.140-000 - Casa com 11 cômodos	200,00	60,00	1	15				

8	067ª Capelinha	Rua Governador Valadares, nº251 - 2º andar - Bairro Centro - 39.680-000 - Loja com 7 cômodos	284,00		1	20				
9	136ª Itambacuri	Rua Barão do Rio Branco, nº 294 - Centro - 39.830-000 - Casa com 10 cômodos	220,00	18,00	1	15				
10	149ª Jequitinhonha	Rua Coronel Ramiro Pereira, nº225 - Centro - 39.960-000 - Sala no Fórum	82,414	30,349	1	15				
11	190ª Nanuque	Rua Diamantina, nº42, Centro - 39.860-000 - Casa com 9 cômodos	170,25	109,00	1	25				
12	004ª Águas Formosas	Avenida Bias Fortes, nº06 A - Centro - 39.880-000 - Loja de 11 cômodos	133,00	118,00	1	15				
13	165ª Malacacheta	Rua Nicolas Mazzinghy, nº 10 E 10ª - Centro - 39.690-000 - Loja com 9 cômodos	157,90		1	20				
14	196ª Novo Cruzeiro	Avenida Júlio Campos, 562, sala 2A - Condomínio Vital Brasil - Centro - 39.820-000 - Loja com 5 cômodos	115,50		1	15				
15	213ª Pedra Azul	Rua João Mendes Figueiredo, nº20 - Centro.	170,00	103,50	1	20				
16	022ª Barão de Cocais	Rua Padre Cruz, nº169 - Bairro Viúva - 35.970-000 - Loja	100,00		1	15				
17	245ª Santa Bárbara	Rua Francisco Arcanjo de Souza Melo, s/n - Centro - 35.960-000 - Galpão com 7 cômodos	120,00		1	20				
18	012ª Alvinópolis	Avenida Padre José Marciano, nº 288 salas 4/5/6/8/9 - Centro - 35.950-000 - 5 Salas e 2 banheiro	176,00		1	15				
19	251ª São Domingos do Prata	Rua Getúlio Vargas, n.º 160, Centro - 35.995-000 - Sala Comercial com 8 cômodos	199,85	70,00	1	15				

20	316ª e 319ª Betim	Rua Santa Cruz, nº 402 - lojas 07, 08, 10, 11 e 12 - Centro - 32.681-606 - Loja com 15 cômodos.	721,00	82,79	1	40	105	13	147	18
21	052ª Brumadinho	Rua Governador Valadares, nº 229 - Bairro Centro - 35.460-000 - Casa com 9 cômodos	112,22	48,72	1	15				
22	288ª e 351ª Ibirité	Rua Deolindo Ferreira Diniz, nº68 - Bairro Central Park - 32.400-000 - Casa com 16 cômodos	130,00	100,00	1	15				
23	172ª Mateus Leme	Avenida Miguel Alves Diniz, nº406 - loja 01 - Centro - 35.670-000 - Loja com 4 cômodos	108,00		1	15				
24	174ª Matosinhos	Avenida Bento Gonçalves, 260 - Bairro Centro - 35.720-000 - Casa 15 cômodos	253,00	67,00	1	15				
25	194ª Nova Lima	Avenida Rio Branco, 34 - Centro, Nova Lima/MG - 34.000-132 - Galpão (1º e 2º andar) com 6 cômodos	230,00	10,00	1	15				
26	241ª Sabará	Rua Dom Pedro II, nº218 - Bairro Centro - 34.505-300 - Casa com 11 cômodos	162,75	65,625	1	15				
27	286ª Ribeirão das Neves	Rua São Cristovão, nº147, Bairro Tânia - 33.805- 270 - Prédio 2 andares, 18 cômodos	375,00	30,00	1	20				
28	321ª Ribeirão das Neves	Rua Mario Alexandrino da Rocha, nº71- Bairro São Januário - 33.900-450 - Casa com 12 cômodos	279,00		1	15				
29	246ª Santa Luzia	Avenida Raul Teixeira da Costa Sobrinho, nº 270 - Bairro Carmelos - 33.010-360 - Loja 3 cômodos	137,24		1	15				
30	312ª Santa Luzia	Avenida Brasília, nº 1.067 - Bairro São Benedito - 33.120-510 - Loja 1º andar e sala subsolo	147,00		1	25				

31	118ª, 119ª e 318ª Governador Valadares	Avenida Minas Gerais, nº972/976 - Centro 35.010-151 - Galpão com 14 cômodos	600,00	300,00	1	30	112	19	144	24
32	130ª, 131ª e 348ª Ipatinga	Avenida Zita Soares de Oliveira, nº134, Centro - 35.160-007 - Loja com 16 cômodos	675,35	40,00	1	15				
33	150ª João Monlevade	Rua Florianópolis, nº181 - Bairro Carneirinhos - 35.930-018 -	139,11		1	15				
34	269ª e 270ª Teófilo Otoni	Avenida Getúlio Vargas, nº 949 - 1º andar - Centro - 39.800-015 - Prédio com 2 pavimentos com 14 cômodos	852,00		1	40	105	13	147	18
35	157ª Lagoa Santa	Avenida Prefeito João Daher, 932- Bairro Lundcécia	171,38	18,80	1	25				

ANEXO III DO CONTRATO
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

1 - A verificação da qualidade da prestação do serviço será realizada com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) por meio do Relatório de AVALIAÇÃO MENSAL PARA EFEITO DE PAGAMENTO (Tabela IV).

2 - A CONTRATANTE irá monitorar constantemente os serviços, visando evitar a perda no nível de qualidade, podendo, inclusive, intervir para corrigir ou aplicar sanções contratuais e legais, quando verificar desconformidade contínua na prestação do serviço.

3 - A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que só será aceita caso comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis.

4 - Ocorrerá a glosa no pagamento devido à CONTRATADA, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados esperados, em sua totalidade ou não executar, com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas.

5 - A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, podendo compreender a mensuração dos seguintes aspectos:

I - verificação dos prazos de execução;

II - cumprimento de exigências contratuais.

6 - Os serviços serão constantemente avaliados pelos fiscais do contrato, que relatarão, mensalmente, as eventuais irregularidades, conforme consta na sequência:

6.1 - Os Fiscais Requisitante e Administrativo do contrato promoverão a tabulação das ocorrências, de modo a identificar o percentual de aceitação dos serviços, que deverá ser aplicado ao preço mensal dos serviços.

6.2 - Terminado o mês de prestação dos serviços, o Fiscal Requisitante e o Fiscal Administrativo enviarão à CONTRATADA, por *e-mail*, até o dia 5 (cinco) do mês seguinte, as Tabelas II e IV (FATORES DE AVALIAÇÃO e a AVALIAÇÃO MENSAL PARA EFEITO DE PAGAMENTO).

6.2.1 - O Fiscal Requisitante, sempre que necessário, poderá contar com o auxílio do Fiscal Técnico para avaliação das eventuais irregularidades.

6.3 - A CONTRATADA deverá acusar o recebimento do *e-mail* e poderá apresentar justificativa dos pontos apontados no relatório, no prazo de 5 (cinco) dias, a qual será aceita, somente se comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis.

6.4 - Havendo recusa da justificativa apresentada, a CONTRATADA poderá apresentar impugnação, no mesmo prazo acima, a qual será submetida à análise do Gestor do Contrato.

6.5 - Caso o resultado da avaliação da impugnação seja desfavorável à CONTRATADA, o desconto será efetivado no mês subsequente.

7- A CONTRATADA, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução dos serviços, total ou parcialmente, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, e em documento contemporâneo à sua ocorrência.

8 - A justificativa deverá vir acompanhada de pedido de prorrogação do respectivo prazo, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho a vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições da contratação, ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração.

9 - O pedido de prorrogação dos prazos previstos nos itens 7 e 8 deverá ser efetuado **antes do término desses prazos**.

Tabela I

INDICADOR 1	
QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a qualidade na prestação do serviço de limpeza nas unidades dos Cartórios e/ou Central de Atendimento ao Eleitor e garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas/previdenciárias para com os empregados da CONTRATADA, de acordo com as especificações contidas no Contrato
Meta a Cumprir	100% dos serviços executados com qualidade
Instrumento de Medição	Planilha de controle dos serviços executados e do cumprimento das obrigações trabalhistas/previdenciárias para com os empregados da CONTRATADA, conforme modelo abaixo indicado
Forma de acompanhamento	A fiscalização do contrato acompanhará mensalmente o cumprimento das atividades da execução dos serviços, registrando as ocorrências nas planilhas de controle. A fiscalização será feita por fiscais distintos, lotados em cada local de prestação dos serviços. A fiscalização administrativa acompanhará mensalmente o cumprimento das obrigações trabalhistas/previdenciárias para com os empregados da CONTRATADA.
Periodicidade	Semanal, quinzenal ou mensal
Mecanismo de cálculo	O número de ocorrências no mês refletirá o percentual de atingimento da meta (%) ou, a glosa, pelo não atingimento.
Início de Vigência	A partir da data da assinatura do contrato.
Faixa de ajuste no pagamento.	0 a 3 ocorrências= 100% da meta = recebimento 100% da fatura 4 a 6 ocorrências= 98% da meta = recebimento 98% da fatura 7 a 9 ocorrências= 95% da meta = recebimento de 95% da fatura 10 a 12 ocorrências= 90% da meta = recebimento 90% da fatura
Sanção	Em caso de 13 (treze) ocorrências ou mais, por local de prestação dos serviços, poderão ser aplicadas as sanções administrativas previstas no instrumento contratual, sem prejuízo do desconto de 10% sobre a nota fiscal.

Tabela II – FATORES DE AVALIAÇÃO

1) AVALIAÇÃO MENSAL FISCAL REQUISITANTE (CARTÓRIOS/CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ELEITOR)		
ITEM	DESCRIÇÃO	OCORRÊNCIAS NO MÊS (REGISTRAR DATA DO FATO E BREVE RELATO DO OCORRIDO)
1.1	Deixar de executar as atividades descritas no item 1 do Anexo I do contrato	
1.2	Não utilizar os produtos de limpeza de forma adequada, prejudicando o resultado dos serviços.	
1.3	Não fornecimento de materiais e utensílios que inviabilize a prestação de serviços de conservação e limpeza.	
TOTAL		

2) AVALIAÇÃO MENSAL FISCAL ADMINISTRATIVO		
ITEM	DESCRIÇÃO	OCORRÊNCIAS NO MÊS (REGISTRAR DATA DO FATO E BREVE RELATO DO OCORRIDO)
2.1	Deixar de apresentar a documentação exigida no Termo de Referência e no instrumento contratual nos prazos estabelecidos, quando solicitada pela Fiscalização do contrato.	
2.2	Não cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	
2.3	Deixar de efetuar o pagamento de salários nas datas avençadas ou estabelecidas nos dispositivos legais.	

2.4	Deixar de efetuar o pagamento de vale-transporte, vale-refeição, seguros, bem como arcar com quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas ou determinadas em dispositivo legal, tais como recolher encargos fiscais e sociais.	
2.5	Não apresentar no prazo estabelecido, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e as relativas ao FGTS.	
TOTAL		

TABELA III – AJUSTES NO PAGAMENTO

NÚMERO DE OCORRÊNCIAS NO MÊS (B)	FAIXA IMR ATINGIMENTO DA META (C)	PERCENTUAL DA GLOSA % (D) (100 - C)
0 a 3	100%	0%
4 a 6	98%	2%
7 a 9	95%	5%
10 a12	90%	10%
13 ou mais, por local de prestação do serviço.	90% + Sanções contratuais	10% + Sanções contratuais

Tabela IV - AVALIAÇÃO MENSAL PARA EFEITO DE PAGAMENTO

PROCESSO	
NÚMERO DO CONTRATO	
SÍNTESE DO OBJETO	
VIGÊNCIA	
VALOR MENSAL DO CONTRATO (A)	
PERÍODO DE APURAÇÃO	
NÚMERO DE OCORRÊNCIAS (B)	
VALOR DA GLOSA (E) (D x A)	
VALOR A SER RECEBIDO PELA CONTRATADA (F) (A - E)	

- A – Valor mensal do contrato: R\$
- B - Número de ocorrências:
- C – Faixa do IMR:
- D – Percentual de glosa:
- E – Valor glosado: R\$
- F - Valor a ser recebido pela CONTRATADA (A-E): R\$